

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

CRYSLANYA ACHYLLEY NASCIMENTO DOS SANTOS

AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS: em marcha
com o Movimento de Mulheres Camponesas

MACEIÓ - AL
2023

CRYSLANYA ACHYLLEY NASCIMENTO DOS SANTOS

AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS: em marcha
com o Movimento de Mulheres Camponesas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof^a Dr^a. Andréa Pacheco de Mesquita.

MACEIÓ - AL
2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586v Santos, Cryslanya Achylley Nascimento dos.
As histórias não contadas dos movimentos feministas : em marcha com o Movimento de Mulheres Camponesas / Cryslanya Achylley Nascimento dos Santos. – 2023.
64 f. : il.

Orientadora: Andréa Pacheco de Mesquita.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 60-64.

1. Feminismo. 2. Movimentos sociais. 3. Camponesas - Movimentos sociais. I. Título.

CDU: 364.442.2-058.232.6-055.2

Folha de aprovação

CRYSLANYA ACHYLLEY NASCIMENTO DOS SANTOS

AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS: em marcha
com o Movimento de Mulheres Camponesas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Faculdade de Serviço Social da Universidade
Federal de Alagoas, como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social apresentado em 04/10/2023.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **ANDREA PACHECO DE MESQUITA**
Data: 08/10/2023 07:55:04 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Orientadora: Professora Dra. Andréa Pacheco de Mesquita
(Universidade Federal de Alagoas)

Documento assinado digitalmente
 **ELAINE NUNES SILVA FERNANDES**
Data: 09/10/2023 15:18:56 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Examinadora Interna: Professora Dra. Elaine Nunes Silva Fernandes
(Universidade Federal de Alagoas)

Documento assinado digitalmente
 **GILDETE FERREIRA DA SILVA**
Data: 10/10/2023 11:20:42 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Examinadora Externa: Esp. Gildete Ferreira da Silva
(Especialista em Gestão de Políticas Públicas)

À minha família, por todo o apoio imensurável para que eu tivesse acesso à educação. E aos amigos feitos antes e durante essa louca jornada que foi a graduação na Ufal, vocês foram imprescindíveis, obrigada por me permitirem fazer balbúrdia ao lado de vocês, *"long live all the magic we made"* - Taylor Swift.

RESUMO

Este trabalho pretende mostrar a história e luta do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), como esse movimento resiste para existir desde seu início. Para tanto, fazemos uma breve análise crítica sobre o movimento feminista, num processo de desconstrução das ondas que se baseiam em uma perspectiva eurocêntrica sobre a história das lutas das mulheres, deixando de fora as mulheres negras e indígenas. Assim, construímos, desconstruímos e reconstruímos a história dos feminismos incluindo a história das mulheres negras que foram silenciadas e apagadas da história. Trazemos as mulheres negras para dentro da história. Também abordamos a agenda de gênero no Brasil e como a onguização do movimento causou certas rachaduras no movimento feminista no Brasil. E por fim, abordamos o surgimento do Movimento de Mulheres Camponesas, como este foi um espaço necessário de inclusão das mulheres dos campos, das águas e das florestas. Para a realização deste trabalho utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental, dentro de uma perspectiva histórico-crítica. Nas conclusões podemos perceber como a luta das mulheres negras e das camponesas sempre estiveram pautadas em um projeto político de emancipação humana. E que apesar dos ataques aos seus direitos duramente conquistados, nos governos neoliberais, elas continuam lutando pelos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais. Bem como, lutam incansavelmente pelo direito a uma vida digna com acesso à terra para plantar.

Palavras-Chaves: Feminismo; Movimentos Sociais; Movimento de Mulheres Camponesas;

ABSTRACT

This work aims to show the history and struggle of the Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), how this movement has resisted existing since its beginning. To this end, we make a brief critical analysis of the feminist movement, in a process of deconstructing the waves that are based on a eurocentric perspective on the history of women's struggles, leaving black and indigenous women out. Thus, we construct, deconstruct and reconstruct the history of feminisms, including the history of black women who were silenced and erased from history. We bring black women into history. We also address the gender agenda in Brazil and how the NGOization of the movement caused certain cracks in the feminist movement in Brazil. And finally, we address the emergence of the Movimento de Mulheres Camponesas, how this was a necessary space for the inclusion of women from the fields, waters and forests. To carry out this work we used bibliographic and documentary research, within a historical-critical perspective. In the conclusions we can see how the struggle of black women and peasant women has always been based on a political project of human emancipation. And despite the attacks on their hard-won rights, under neoliberal governments, they continue to fight for social, political, economic and cultural rights. They also fight tirelessly for the right to a dignified life with access to land to plant crops.

Keywords: Feminism, Social Movements, Movimento de Mulheres Camponesas.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 8 |
| 2. DO MOVIMENTO SUFRAGISTA AO FEMINISMO CONTEMPORÂNEO: um breve histórico sobre os feminismos | 13 |
| 2.1. Da mulher ao gênero: o debate de gênero como central | 18 |
| 3. A LUTA DAS MULHERES NEGRAS: a história não contada dos movimentos feministas | 24 |
| 3.1. Estado, políticas sociais, movimentos sociais e mulheres | 30 |
| 3.1.1. “Onguização” | 32 |
| 3.1.2. Políticas Públicas | 35 |
| 3.1.3. Agenda de Gênero | 37 |
| 4. MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC) | 41 |
| 4.1. A história do Movimento de Mulheres Camponesas | 41 |
| 4.2. As lutas do Movimento de Mulheres Camponesas | 48 |
| 4.3. Movimento de Mulheres Camponesas: as pautas, as conquistas e as resistências | 52 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 58 |
| REFERÊNCIAS | 61 |

1. INTRODUÇÃO

[...] Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem.

(Sojourner Truth)

Neste trabalho apresentamos um breve histórico acerca dos diferentes tipos de feminismos que fizeram e fazem parte da história dos movimentos feministas, desde o movimento sufragista que teve início ainda no fim do século XVIII até o feminismo contemporâneo do século XXI.

Notamos como o feminismo ao longo dos anos foi essencial para o amadurecimento político das mulheres e como isso resultou em maior liberdade e autonomia para elas, apesar de isso não significar que todas tenham acesso a tais “privilégios” que podemos chamar de privilégio de gênero, visto que o homem comumente têm maior liberdade e autonomia perante sua vida.

Também entendemos um pouco acerca da discussão de gênero que efervesceu os anos de 1970 com a segunda onda do feminismo, este ponto da história do feminismo é de suma importância até a contemporaneidade, visto que foi nesse momento que o pessoal tornou-se político e questões femininas que costumavam ficar entre quatro paredes passaram a se tornar públicas, abusos físicos e psicológicos contra a mulher, que é tão enraizada e naturalizada em nossa sociedade, passaram a ter maior denúncia.

Notamos que na terceira onda do movimento feminista as pautas de classe e raça passam a ter maior destaque, e também como, após essa onda, outras vertentes do feminismo passam a ter maior visibilidade, como o feminismo interseccional, transfeminismo e o ecofeminismo.

Fazemos uma breve volta ao passado e mencionamos importantes mulheres negras que foram fundamentais para o fim da escravidão no Brasil. Suas histórias não são contadas enquanto parte da história feminista, mas entendemos que toda sua luta e resistência em busca da liberdade e de serem reconhecidas enquanto seres humanos, não deixa de ser uma luta feminista. Quando mulheres brancas nem ao menos pensavam em outras pessoas de sua própria classe (trabalhadora), as mulheres negras empunhavam armas, aprendiam a lutar e lideravam grupos de resgate a homens e mulheres negros escravizados.

Também abordamos como se deu o processo de articulação entre os feminismos e o Estado. O processo de institucionalização dos movimentos feministas levantou inúmeros debates e críticas dentro do próprio movimento, visto que, ao se institucionalizar, os movimentos perderam sua autonomia, passando a receber “ordens” das instituições financeiras, o que era uma contradição dos ideais dos movimentos que agora aceitavam o que antes criticavam a fim de que seus projetos recebessem o financiamento necessário. O que atravessou os movimentos em sua essência: a liberdade! Resultando numa pauta muito mais voltada para as linhas de financiamentos do que representativa das demandas das vidas das mulheres.

Também notamos como toda a agenda de gênero foi debatida, levantando assuntos como educação e saúde da mulher, trabalho, geração de emprego e renda com o foco na mulher, mas que o fato de existir uma agenda não significa que a mesma seria cumprida em todas as suas resoluções, pois, se o Estado estava financiando, o mesmo tinha um mercado a responder, mercado este que tentava de todas as formas reduzir a força dos movimentos sociais.

Então, entramos no mundo do objeto deste estudo, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Notamos que sua história começa a germinar ainda na década de 1970, unindo forças com outros movimentos sociais a fim de lutar contra a ditadura militar¹ que ainda assombrava o povo brasileiro.

Percebemos como essas mulheres tiveram que unir forças entre si, algo como *elas por elas*, a fim de que suas demandas e questões fossem ouvidas e atendidas. Desde o início, o Movimento de Mulheres Camponesas se posicionou enquanto um movimento autônomo de mulheres, o que faz total sentido quando lembramos da

¹ A ditadura militar, segundo José Paulo Netto, foi um "regime político ditatorial-terrorista" (NETTO, 2005, p. 15). A ditadura burguesa durou de 1964 até 1985, foi um projeto da autocracia burguesa de continuar dominando as massas em âmbito econômico, político, social e educacional, interferindo em decisões que lhes beneficiassem, se mantendo enquanto classe dominante (NETTO, 2005).

“onguização” do movimento feminista e como isso resultou em perda de autonomia política e contradições dentro do próprio movimento feminista.

É perceptível que não foi uma história fácil, houve luta, houve luto, houve vitória e houve derrota, e mesmo assim, essas mulheres não se deixaram desanimar, continuaram lutando por sua aposentadoria, acesso a educação de qualidade em todos os níveis educacionais, saúde pública e gratuita, acesso inclusive a documentação para conseguirem usufruir dos direitos conquistados.

Mesmo após o golpe político-midiático de 2016², e dos ataques aos direitos conquistados desde então nos governos ultraconservadores³, essas mulheres continuam se apoiando, lutando para terem de volta os direitos recém perdidos, lutando por reforma agrária, e voltando a lutar contra governos autoritários que reiteradamente pensam no lucro acima da vida.

Assim, temos por objetivo geral deste trabalho gerar uma reflexão acerca da importância da organização política das trabalhadoras do campo, das águas e das florestas com o Movimento de Mulheres Camponesas frente aos desmontes das políticas públicas na conjuntura da agenda neoliberal ortodoxa.

Pretendemos, assim, propiciar a visibilização das lutas históricas que as trabalhadoras do campo, das águas e das florestas enfrentaram para conquistarem espaços e direitos que ainda lhe são negados. Queremos também, apreender os ataques deferidos às políticas públicas com a agenda neoliberal ortodoxa que atinge diretamente as trabalhadoras do campo, das águas e das florestas. E por fim, buscamos promover a compreensão acerca da contribuição que o Movimento de Mulheres Camponesas e seus espaços de luta podem oferecer na conjuntura de ataques aos seus direitos.

Como metodologia do trabalho, foi realizado estudo bibliográfico em que pretendeu-se apreender a importância das mulheres trabalhadoras do campo em nossa sociedade, a importância de se organizarem politicamente no movimento de mulheres camponesas, os desafios que elas encontraram frente aos desmontes das

² O golpe político-midiático de 2016, foi como é conhecido o processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, no qual, não houve crime que justificasse tal impeachment. Um processo que começou ainda em 2014 com o pedido de recotagem dos votos pelo partido perdedor. No Congresso, com apoio do Judiciário, mídia e do mercado financeiro, foi votado e aprovado em 17 de abril de 2016 o impeachment da então presidenta, numa clara ação de golpe para a volta da agenda neoliberal ao país.

³ Governo Temer (2016-2018) e Governo Bolsonaro (2018-2022).

políticas públicas na conjuntura do neoliberalismo ortodoxo e a contribuição que elas podem oferecer em seus espaços de luta.

O processo dessa pesquisa se dividiu nas seguintes etapas: 1º) fizemos o levantamento e revisão da literatura bibliográfica; 2º) foi preciso ler, fichar e fazer considerações acerca do material bibliográfico estudado; 3º) foi necessário apreender os desafios postos na conjuntura conservadora do neoliberalismo ortodoxo perante as demandas e reivindicações legítimas das mulheres trabalhadoras do campo através de sínteses resultantes desta aproximação com a temática.

Para alcançar a plena efetivação da pesquisa, foi necessário recorrer a livros, artigos científicos, revistas eletrônicas, mídias sociais, jornais e cartilhas que deram arcabouço teórico e analítico para o tema proposto. Tendo como fontes secundárias produções teóricas e analíticas que tratem sobre a luta das mulheres do campo, bem como produções que abordam a agenda neoliberal ortodoxa e sua proposta de estado mínimo para a sociedade, o que acarreta em cortes nos custos sociais que atingem diretamente os direitos das mulheres trabalhadoras do campo, das águas e das florestas.

A estrutura da exposição do trabalho está assim apresentada: no primeiro momento fazemos uma introdução. No segundo item intitulado "Do movimento sufragista ao feminismo contemporâneo: um breve histórico sobre os feminismos", fazemos uma análise dos movimentos feministas passando por suas principais ondas e questões de gênero. No terceiro item intitulado "A história não contada dos movimentos feministas", falamos sobre mulheres negras que também foram cruciais para a libertação das mulheres, também falamos do processo de institucionalização e onguização, sobre políticas públicas voltadas para as mulheres e sobre a agenda de gênero implementada no país. No quarto item sobre o Movimento de Mulheres Camponesas, o objeto deste estudo, nos debruçamos acerca da história, das lutas e conquistas de direitos dessas mulheres, bem como vemos a resistência delas para garantir a existência desses direitos. No último item fazemos então as considerações finais acerca deste trabalho.

Portanto, buscamos com esse trabalho trazer à tona a luta e resistência das mulheres trabalhadoras do campo, das águas e das florestas, e que possamos nos aliar à elas para que seus direitos parem de ser atacados pela agenda neoliberal. Que esse trabalho possa contribuir para que mais mulheres se juntem e resistam ao

lado dessas mulheres para que todas possam ter uma vida digna com acesso a direitos humanos básicos, e resistir para não permitir que esses direitos sejam desfeitos ao bel prazer do mercado.

Por fim, convidamos todas as mulheres a embarcar no mundo da escrita, uma escrita do mundo, das mulheres, do que nos encanta e do que nos assusta, e também de nós mesmas. A escrita liberta a nós mesmas e também a outras mulheres que percebem que todas podemos escrever, porque podemos conhecer o mundo, as lutas de outras mulheres e nos unir contra o sistema patriarcal, capitalista e racista que insiste em nos derrubar, silenciar e apagar nossas histórias. Que tenhamos coragem de contar nossas histórias e de dar voz às histórias de outras mulheres.

2. DO MOVIMENTO SUFRAGISTA AO FEMINISMO CONTEMPORÂNEO: um breve histórico sobre os feminismos

Porque falamos feminismos e não apenas feminismo? Bem, o feminismo pode ser entendido como um movimento que atua tanto na emancipação política quanto na conquista de direitos das mulheres (GREGORI, 2017).

A palavra feminismo se origina na França, da qual vem a palavra *femme* que traduzindo significa “mulher”. Assim, entende-se que o feminismo, enquanto movimento social, engloba tudo o que diga respeito à emancipação política das mulheres, entretanto, notamos que no presente o feminismo se apresenta de várias formas (SILVA; CAMURÇA, 2013).

O feminismo é uma teoria/prática que serve de análise crítica sobre o mundo patriarcal, capitalista e racista e o modo pelo qual as mulheres são inseridas nele, o feminismo também é um movimento social de luta constante por mudanças estruturais significativas desse modo opressor que as mulheres são tratadas em sociedade, e o feminismo também é um ato político de ação individual perante a vida, “[...] o feminismo é um movimento que confronta o sistema de dominação e propõe a transformação social, pois quer transformar a vida das mulheres e toda a sociedade” (SILVA; CAMURÇA, 2013, p. 12).

Tudo isso que elencamos é feminismo, portanto, é preciso então entender que as mulheres são seres plurais, de todas as cores, de diferentes classes, de sexualidades diversas e de diferentes territórios. Portanto, o feminismo sendo um movimento majoritariamente de mulheres que as representam, também é um movimento plural de mulheres, com mulheres e para mulheres.

Passando por tendências liberais e/ou de esquerda, conseguimos elencar alguns feminismos como o feminismo negro, o radical, o sindical, o indígena, o popular e o acadêmico, que tanto são uma forma de expressar o feminismo como são um espaço de atuação dessas mulheres (SILVA; CAMURÇA, 2013).

Tendo isto em mente, vamos fazer um breve passeio na história do movimento feminista e de seus feminismos, que não pretende de forma alguma abarcar tudo o que foi e é os feminismos dos movimentos feministas no mundo e no Brasil.

Quando falamos de feminismo, é preciso voltar um pouco à história, e então nos deparamos com as três ondas feministas que sacudiram as estruturas

patriarcais, capitalistas e racistas de nossa sociedade e ganharam visibilidade na história oficial. Importante mencionar que a história dos feminismos vai para além do que se denota como “ondas do feminismo”. Precisamos analisar este processo com as lentes da interseccionalidade e a defesa da emancipação humana, para que se possa fazer as mudanças reais em nossa estrutura social, pois somos diversas (plurais) e nossas demandas também são diversas e vão para além do direito ao voto e liberdade sexual.

Ao estudarmos a história oficial do feminismo que divide-se em três ondas, em relação a primeira onda, é possível notar que o feminismo dá seus primeiros passos no fim do século XVIII e assume mais força no século XIX, em grande parte da Europa e dos Estados Unidos, tendo a Revolução Francesa como principal plano de fundo do movimento feminista (COSTA; SARDENBERG, 2008).

É nesta primeira onda que fica nítido o surgimento de dois tipos de feminismo: um burguês/sufragista e um feminismo socialista. A luta do feminismo sufragista era acerca de reformas jurídicas ou direitos políticos, elas acreditavam que ao terem os mesmos direitos que os homens juridicamente - basicamente terem o direito de poder votar - seria o suficiente para por um fim a discriminação que as mulheres sofriam na época, em momento algum questionavam o papel das mulheres resumidos a mãe e esposa, dado a elas pelo patriarcado como forma de manter em funcionamento a sociedade capitalista e racista vigente (COSTA; SARDENBERG 2008).

Para as feministas da primeira onda, não era pautada uma derrocada do patriarcado, nem tão pouco do capitalismo. O que pretendiam as feministas desta onda, era conseguir o direito à educação e ao voto como forma de melhorar sua atuação como mães, esposas e donas de casa.

Precisamos pontuar que se elas não questionavam o próprio *status quo* e os papéis de gênero socialmente impostos, quem dirá questionar a posição de mulheres negras daquele período, onde a maioria ainda se encontrava em estado desumano de escravizada. Assim, a história do feminismo da primeira onda é uma história pautada numa perspectiva eurocêntrica por ter tido a Revolução Francesa como plano de fundo do movimento.

A corrente do feminismo socialista, se desenvolveu com mais presença na Alemanha e teve Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo como principais atuantes do movimento, principalmente após Marx e Engels terem publicado o Manifesto

Comunista. As socialistas entendiam que a opressão feminina estava atrelada à propriedade privada e a sociedade classista, e com o fim das classes sociais, conseqüentemente, a sociedade se tornaria mais igualitária em questão de sexo, raça e idade (COSTA; SARDENBERG, 2008).

As mulheres socialistas lutavam por direitos sociais e acreditavam que uma sociedade socialista significaria uma sociabilidade mais igualitária em todas as categorias e que realmente abraçaria a todos, assim, de fato, as socialistas não se atentaram às questões específicas relacionadas à mulher por medo de que houvesse uma ruptura no movimento socialista enquanto unidade, já que elas não eram bem vistas pelos homens que as viam enquanto concorrentes, assim, notamos que a primeira onda do feminismo tinha por principal luta os direitos políticos e os direitos sociais (COSTA; SARDENBERG, 2008).

É interessante pontuar que na primeira onda do feminismo, as sufragistas, como ficaram conhecidas, eram mulheres brancas e da burguesia e tinham por objetivo principal - para algumas mulheres talvez o único -, o direito de votarem e de serem eleitas, e, para isso, fizeram diversas manifestações, onde muitas foram presas, outras fizeram greves de fome, abaixo-assinados e até foram mortas (PINTO, 2010), entre outras formas de manifestações a fim de conquistar esse direito civil e político que por séculos apenas os homens puderam exercer.

Por outro lado, as mulheres negras lutavam para serem livres e tratadas como humanas, uma vez que, muitas delas ainda se encontravam em situação de escravizadas, sendo exploradas, violentadas e oprimidas tanto pelos homens quanto por mulheres da alta sociedade que mantinham uma relação de ama com as mulheres negras escravizadas (GREGORI, 2017).

Quando avançamos no tempo e nos deparamos com a segunda onda feminista na década de 1960, notamos um feminismo que questiona o ser mulher na sociedade, no ambiente de trabalho e na família. Também é perceptível que a sexualidade da mulher começa a ser melhor debatida com a influência internacional da segunda onda, que tem Betty Friedan como uma das principais questionadoras dos papéis de gênero impostos socialmente, e também pelo maio de 1968 que efervescia em todo o mundo contra a censura, contra a violência e opressão (IGNÁCIO, 2019).

O feminismo da segunda onda, é um feminismo que luta contra as estruturas patriarcais impostas às mulheres e busca por reais mudanças na estrutura social, assim, ao buscar:

[...] uma transformação mais profunda na sociedade, o feminismo tem que travar uma luta ideológica contra os valores patriarcais representados diretamente pelos pais, pelos maridos, companheiros, amigos, colegas de trabalho etc. Para as mulheres, esse feminismo significa também um processo de reeducação, ruptura com uma história de submissão e descobrimento das próprias potencialidades (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 29).

Este feminismo surge no Brasil nos anos 1970, e em pleno período de ditadura político-militar que acontecia na América-latina (COSTA, 2005). Ao afirmar que o "pessoal é político", a luta feminista sai apenas do âmbito social e adentra no âmbito político, pois nota-se que os problemas que atingem as mulheres têm raiz na nossa sociedade, logo, a solução para esses problemas devem ser discutidos em coletivo (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Nesse momento, há uma certa divisão do feminismo, de uma parte, há a indagação se o sistema econômico capitalista seria o culpado pela opressão feminina, de outra parte, além de continuarem com as denúncias das desigualdades e discriminações que as mulheres passavam, também se contestava o fato de que apenas uma minoria privilegiada das mulheres tinham de fato acesso aos direitos e espaços políticos e sociais que o movimento feminista tinha conquistado até então (GREGORI, 2017).

A década de 1990 marca a institucionalização do feminismo - bem como uma desarticulação dentro do movimento feminista, que se deu devido a essa institucionalização - e a transformação de várias organizações em Organizações Não Governamentais (ONGs). Esse processo se dá devido a necessidade de angariar recursos financeiros para pôr em prática seus projetos, impulsionado pelo movimento internacional de financiamento dos movimentos sociais legalmente registrados (GREGORI, 2017). Naquele momento:

[...] todas as atividades políticas e organizativas estiveram voltadas para a conquista de políticas públicas, a ampliação das ações afirmativas, o aprimoramento da legislação de proteção à mulher e a avaliação e monitoramento da implantação dessas políticas e dos acordos firmados no campo internacional pelos governos locais, portanto com constante interlocução e articulação com o Estado (COSTA, 2005, p. 11).

Dentre os feminismos existentes, podemos elencar três que estavam em evidência na década de 1990: o feminismo liberal, o feminismo partidário e o feminismo radical. As feministas do feminismo liberal continuaram na luta para a igualdade dos direitos civis para todos, independente de sexo, se assemelhando a luta das sufragistas; No feminismo partidário, a luta ficou focada em lutar por legislações que protegessem o trabalho das mulheres, bem como lutavam por mais creches para que essas trabalhadoras tivessem um local público para deixar seus filhos. O feminismo partidário também é uma vertente onde se encontra tanto mulheres de esquerda quanto as mulheres acadêmicas, que viam a diferença entre os sexos como resultado do sistema capitalista. No feminismo radical, as feministas acreditam que a opressão das mulheres tem origem na opressão sexual que levaria à ideologia de poder que se cria com o patriarcado, em que o homem exerceria poder sobre a mulher (FIGUEIREDO, 2008).

Na terceira onda do feminismo, fica evidente que o fato das mulheres serem diferentes acarreta em diferentes lutas também. As diferenças existem e questões como sexualidades e principalmente questões relacionadas a raça passam a ter mais atenção dentro do movimento feminista, bem como tais questões afetam a vida da mulher enquanto ser, evidenciando que negligenciar tais questões só reforçam relações de poder, inclusive, dentro do próprio movimento (CAETANO, 2017).

Esta onda do feminismo, assim como a maioria dos movimentos pós-estruturalistas, começa a surgir a partir de 1990, devido a conflitos entre as mulheres dentro do movimento, algumas militantes buscavam combater preconceitos e desigualdades sociais, de raça e classe, bem como lutavam por melhores condições de trabalho e salários iguais para homens e mulheres exercendo a mesma função (DAIANE, 2022).

Nota-se como o movimento feminista continuava sendo branco e elitizado, e como suas pautas refletiam tais mulheres brancas da elite, o movimento continuava pouco representativo para as demais mulheres (MARQUES; XAVIER, 2018). Assim:

[...] a terceira onda do movimento feminista é marcada pelo reconhecimento de uma pluralidade feminina; esse reconhecimento contribuiu para o desenvolvimento de vertentes que representassem e considerassem as particularidades das mulheres como a classe, a raça e a localidade (MARQUES; XAVIER, 2018).

Com a terceira onda do movimento feminista, notamos que mais vertentes passaram a surgir, bem como ficaram em maior evidência, como o feminismo negro

e interseccional, transfeminismo, ecofeminismo, permitindo, assim, que mais mulheres pudessem ser incluídas no movimento feminista (MARQUES; XAVIER, 2018).

Sem dúvidas, a terceira onda do movimento feminista é marcado pela maior visibilidade ao movimento negro, mulheres lésbicas e bissexuais e também pela maior participação dos homens no movimento. Quanto ao movimento negro, a escritora e ativista Rebecca Walker foi uma das feministas a levar o feminismo a focar neste movimento, propondo novos debates que ainda não haviam sido discutidos dentro do movimento feminista, pois é perceptível que feminismo negro se difere do feminismo tradicional quando entendemos que a mulher negra sofre dupla opressão: gênero e raça (DAIANE, 2022).

Apesar de suas várias vertentes, como vimos, algumas sendo mais liberais e outras de esquerda, é evidente que a luta feminista sempre teve mulheres como protagonistas e uma incessante luta por igualdade entre os sexos em âmbito político, econômico e social, uma luta para evidenciar o óbvio: mulher também é gente.

2.1. Da mulher ao gênero: o debate de gênero como central

Uma das muitas discussões no movimento feminista é sobre a questão de gênero, reforçado culturalmente sobre os papéis sociais de mulheres e homens, e podemos ver na contemporaneidade que a discussão se aprofunda na não binariedade clássica entre os gêneros.

É então entre as décadas de 1960 e 1970, e tendo à frente as feministas radicais, que se aprofunda o estudo da opressão da mulher, antes, as feministas acadêmicas focaram os estudos sobre a força de trabalho da mulher bem como sua atuação em sindicatos, política e Estado, apenas quando as feministas radicais se aprofundam na questão da opressão das mulheres é que se percebe a raiz dessa opressão na exploração sexual e econômica da mulher, seja ela solteira ou casada (FIGUEIREDO, 2008).

Conhecido por ser um movimento de caráter libertário e cravar que o pessoal é político, a segunda onda do feminismo traz a tona para o âmbito político o que de fato perturbava as mulheres em seu âmbito pessoal, como a violência doméstica e sexual contra mulheres, o conhecimento e domínio sobre sua própria sexualidade e

poder reprodutivo ao falarem abertamente sobre prazer sexual e aborto (CAETANO, 2017).

Foi com a segunda onda feminista que se estudou de fato a questão da opressão da mulher, de como o conceito de gênero foi uma criação socialmente imposta às mulheres e aos homens e como isso influenciou a designação de seus papéis perante a sociedade, evidenciando que a diferença no tratamento entre homens e mulheres se dava através do sexo, caindo por terra de que seria uma propensão biológica os papéis que homens e mulheres atuam na sociedade (CAETANO, 2017).

O movimento feminista no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970, não só trouxe à tona questões da mulher em todos os âmbitos de ocupação como também foi uma forma de resistência das mulheres e organização política perante a ditadura militar que se instaurava na época (SARTI, 2004).

Porém, a participação das mulheres na luta armada, era vista para além de uma revolta contra a política vigente, era uma forma de transgressão ao que se esperava do comportamento de mulheres na sociedade, pois essas mesmas mulheres tinham mais liberdade sexual e estavam questionando a importância da virgindade e do casamento enquanto instituição (SARTI, 2004).

O feminismo da segunda onda no Brasil foi bastante peculiar devido ao contexto social e político da ditadura militar, conhecido por movimento de mulheres e por sua capacidade de atingir classes mais populares bem como as organizações de bairro, o feminismo se instituiu como um movimento interclasses (SARTI, 2004).

É interessante notar como se deu a ação política do feminismo em plena ditadura militar, seu envolvimento com a Igreja Católica e grupos de esquerda eram essenciais enquanto oposição à autocracia burguesa, e justamente por conta desse envolvimento, assuntos como o planejamento familiar, aborto e sexualidade tiveram que se restringir a pequenos grupos, sem de fato se tornar algo público (SARTI, 2004).

Notamos aqui algo como dois lados da mesma moeda, pois se parte do movimento feminista estava falando abertamente sobre prazer sexual, sobre aborto e métodos contraceptivos, outra parte do movimento estava sendo obrigada, de certa forma, a novamente manter tais assuntos em privado devido ao envolvimento dos grupos feministas com a Igreja Católica Luterana, além do contexto de repressão devido a ditadura militar.

O feminismo brasileiro se aliou aos movimentos sociais de bairro, que tinham demandas que atingiam especialmente as mulheres no que concerne à reprodução social, essas mulheres de classe mais pobre se movimentaram politicamente ao cobrar do Estado condições básicas de infraestrutura nos bairros mais pobres, foi essa ação política que levou aos questionamentos da questão da mulher em nossa sociedade, ao pensarem a mulher enquanto sujeito político (SARTI, 2014).

É interessante notar que a origem do movimento feminista é indiscutivelmente de classe média e intelectual e que foi necessário essa articulação com os movimentos de bairro para que o movimento feminista no Brasil tivesse a cara das mulheres brasileiras (SARTI, 2004).

Se denominar enquanto feminista na década de 1970, não era bem visto aos olhos da sociedade brasileira. Para a direita política, o feminismo era um movimento imoral, enquanto que para a esquerda política, era um tipo de reforma burguesa, e para qualquer pessoa, independente de sua posição política, ser feminista significava ser antifeminina, discussão essa que repercutiu dentro do próprio movimento, causando a separação entre grupos feministas e grupos femininos (SARTI, 2004).

O feminismo, enquanto um movimento de e para mulheres, evidenciava que suas demandas precisavam de tratamento próprio, pequenas mudanças na estrutura social não seriam suficientes. Dessa forma, nota-se que na década de 1970 o movimento de mulheres se dividia em duas vertentes: enquanto uma focava em políticas públicas para mulheres através do Estado, a outra vertente atuava de forma mais subjetiva, focando em grupos de estudos e reflexões, justamente devido ao envolvimento do movimento com setores da Igreja Católica Luterana (SARTI, 2004).

Notamos que na década de 1970, o feminismo da segunda onda focava nas demandas das mulheres, nas duas décadas seguintes, entre 1980 e 1990, vemos que o feminismo já assume um outro tom, identificado como a terceira onda do feminismo, seu caráter é pós-modernista e pós-estruturalista (RIBEIRO; NOGUEIRA; MAGALHÃES, 2021).

Na década de 1980, o feminismo já estava consolidado no Brasil enquanto um movimento de mulheres em âmbito político e social, a mulher passou a ser vista enquanto sujeito político e social em partidos políticos, associações de profissionais, sindicatos e o foco do seu discurso eram as relações de gênero e a inserção de suas

pautas no âmbito do estado (SARTI, 2004). O que só foi possível devido a um cenário político de redemocratização do país pós ditadura militar.

A chamada terceira onda do feminismo luta contra a categorização, a discussão de gênero vira um amplo debate sobre identidade para além do binarismo tendo na teoria *Queer* de Judith Butler fonte de discussão, pois se entende que apenas as mulheres não são as únicas oprimidas pelo patriarcado e sociedade capitalista. As teóricas da terceira onda entendem que políticas públicas focadas apenas nas mulheres não são o suficiente para superar as desigualdades entre os gêneros e levar igualdade à todos, pois há uma expressiva quantidade de pessoas que não se encaixam nos papéis binários impostos pela sociedade (SIQUEIRA; BUSSINGUER, 2020).

É a partir da década de 1980, que o feminismo passa a se institucionalizar, ganhando uma cara mais técnica e profissional, o feminismo dessa época, de certa forma, deixa de focar nas questões da mulher e passa a seguir o que as instituições financiadoras do movimento achavam ser prioridade (SARTI, 2004).

Assim, enquanto ficava de lado a questão das raízes da opressão da mulher, as instituições financeiras priorizaram em financiar a questão da saúde da mulher como o seu direito reprodutivo, a violência doméstica que esta sofria e que passou então a ser tratada por delegacias específicas como a Delegacia da Mulher, bem como o financiamento da abordagem acadêmica nos estudos sobre a mulher (SARTI, 2004).

Precisamos pontuar que a questão da saúde da mulher e a violência doméstica que esta sofria e ainda sofre, nem de longe são menos importantes que discutir sobre a raiz da opressão da mulher, como logo veremos, as instituições financeiras apenas não queriam discutir certos assuntos espinhosos porque era o que lhe convia, não é à toa a presença forte do neoliberalismo em parte do movimento feminista que passou a se institucionalizar.

Assim, com a criação do SOS-Mulher e do Centro de Defesa da Mulher, foi possível então atender as demandas das mulheres que sofriam violência doméstica, ao encontrar apoio jurídico e psicológico de profissionais que se voluntariaram pela causa e buscaram levar reflexões e debates acerca do tema para além das instituições (TELES, 1993).

Em relação a violência doméstica ser debatida para além das instituições, notamos que esta só passou a de fato ganhar notoriedade e ser levada a sério

quando dois casos da classe média alta vieram a tona: uma mulher casada com um professor universitário renomado tomou coragem de denunciar que era espancada por ele; e quando Ângela Diniz foi assassinada por seu companheiro e o mesmo afirmou ter sido em defesa de sua honra (TELES, 1993).

É interessante notar que quanto ao primeiro caso, era-se esperado que apenas homens negros e pobres agredissem suas companheiras, seja devido ao álcool ou a sua situação de pobreza, como se a violência doméstica fosse um problema econômico, e, por isso, o choque na sociedade brasileira quando veio a tona o caso do intelectual branco que agredia sua esposa em casa (TELES, 1993).

A partir de 1982, com as primeiras eleições em que o povo volta a exercer seu papel enquanto eleitores, após o longo período de ditadura militar, é que notamos o início da institucionalização das lutas feministas. Temos, por exemplo, a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983, que tem em sua agenda de ações como prioridade as creches, a saúde da mulher, violência contra a mulher e o mercado de trabalho para as mulheres (TELES, 1993).

Devido essa institucionalização do feminismo, em que as mulheres passaram a atuar em diferentes esferas dos governos do Estado brasileiro, notou-se uma certa perda de autonomia que o movimento feminista tinha conseguido.

É na década de 1990 que a institucionalização do feminismo fica mais evidente devido as Organizações Não Governamentais (ONGs), onde se fortalece o feminismo profissionalizado, enfraquecendo, assim, o movimento feminista enquanto um movimento social (CISNE, 2015).

Ainda devido a institucionalização do feminismo, o movimento encontra empecilhos para mostrar sua autonomia perante o Estado, o que mais tarde acabou trazendo dificuldades para esse movimento de mulheres, visto que existiam várias ONGs que tentavam chamar atenção de investidores para suas causas (CISNE, 2015).

Ainda nesse contexto de institucionalização do feminismo, os estudos de gênero passam a ganhar mais notoriedade e até incentivos do Banco Mundial e da Fundação Ford, assim, no âmbito teórico, o movimento feminista acaba por encontrar espaços nas Universidades brasileiras e outras instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas (CISNE, 2015).

O interessante deste movimento de institucionalização, é que o movimento de institucionalizar o feminismo veio de uma interferência global, visto que a cooptação

do movimento feminista foi uma movimentação (ou manipulação) do projeto neoliberal de buscar formas de enfraquecer e fragmentar os movimentos sociais (CISNE, 2015).

Assim, notamos que a partir da segunda onda do feminismo a discussão de gênero se amplia e toma lugares antes impensáveis para as mulheres ocupar. Para a época, com certeza foi uma revolução falar abertamente o que antes era cochichado ou nem se quer falado, como por exemplo, a violência doméstica, o prazer sexual e o aborto. Desde então, parte do movimento feminista vê a necessidade de se institucionalizar com fins de ter suas estratégias e planos executados e financiados.

A história dos feminismos contadas e conhecidas nos livros e pesquisas se remete a um feminismo branco, não levando em conta as organizações da população negra e indígena. Os povos originários tiveram suas terras invadidas pelos colonizadores e as indígenas foram violentadas e estupradas, mas todo esse processo não aconteceu sem resistência e sem lutas e a história destes enfrentamentos não são contados. Da mesma forma, a população negra sequestrada de seu continente são amarradas e trazidas para serem escravizadas no Brasil. E este processo também não aconteceu de forma pacífica, teve muita luta, muita organização e muita resistência que foram apagados e nunca contados ao analisar a história do Brasil e também foram silenciadas pelos movimentos feministas eurocêntricos e burgueses. Ao reconstruir a história dos feminismos no mundo e particularmente no Brasil, há uma lacuna que silencia e apaga os diversos movimentos de mulheres negras que se organizam e lutam contra a escravidão, é o que abordaremos na sessão seguinte.

3. A LUTA DAS MULHERES NEGRAS: a história não contada dos movimentos feministas

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

(Sojourner Truth)

Ao lermos e pensarmos sobre feminismo, comumente pensamos sobre as sufragistas, liberdade sexual, queima de sutiãs que nunca existiu⁴, mas aqui queremos expor como as mulheres negras já lutavam enquanto feministas quando nem sequer pensava-se em feminismo e muito menos em direitos humanos para mulheres negras.

Neste capítulo falamos sobre figuras de suma importância para a resistência e luta do povo negro contra a escravização de pessoas negras. Ao fazermos nossa pesquisa, notamos a dificuldade em encontrar artigos científicos que falassem sobre essas mulheres. Talvez devido a Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira (ROMÃO; SILVA, 2019), é que

⁴ Em 7 de setembro de 1968, o Radical Women of New York organizou um protesto anticapitalista, antimilitarista e antirracista, a fim de denunciar a fetichização de corpos femininos no concurso Miss Americana. Em uma lixeira, mulheres colocaram todo tipo de objeto que lhes oprimiam, tiveram a intenção de atear fogo na lixeira como forma de acabar com o que lhes oprimia, mas devido ao ambiente fechado não o puderam fazer. O ato de queima de sutiã jamais chegou de fato a acontecer (ROSSI, 2020).

podemos ter um pouco mais de conhecimento sobre as mulheres e homens que lutavam apenas pelo direito de serem reconhecidos enquanto seres humanos.

Ainda assim, o conteúdo escrito sobre essas mulheres não é vasto, afinal, a história da humanidade foi escrita por e para os homens, para de alguma forma fortalecer a figura masculina (CRISÓSTOMO, 2020). Apenas agora falar sobre o negro está em pauta ou “na moda”. É lamentável não termos inúmeros textos, artigos, livros, séries e filmes que retrate a história do povo negro tanto quanto existe uma infidade de conteúdo contando sobre a história do homem branco e seu incessante desejo de destruir o que toca e tomar para si o que acha que lhe pertence por direito.

Muito se perdeu no tempo sobre a história dessas mulheres as quais foram negadas viver a vida a sua própria maneira e serem roteiristas de sua própria história, ao contrário, foram forçadas a viverem de acordo com as exigências de seus “donos”, sendo abusadas de todas as formas e das piores formas que a humanidade já teve conhecimento.

Ainda se perpetua a ideia sobre sexo frágil, não é preciso pensar muito para vir em nossa mente que tal sexo frágil é, erroneamente, o sexo feminino, entretanto, mulheres negras jamais foram tratadas enquanto seres frágeis, “[...] são suficientemente conhecidas as condições históricas das Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular” (CARNEIRO, 2011, sem página). Às mulheres negras jamais foi relegado o termo sexo frágil, pelo contrário, ainda se perpetua o mito de que mulheres negras são mais fortes e aguentam mais dor (CRISÓSTOMO, 2020).

Um histórico de séculos de serem vendidas e trabalharem enquanto escravas, trabalhando nas lavouras, nas ruas e na prostituição, essas mulheres negras, provavelmente, não entenderam o que as mulheres brancas queriam dizer sobre ocupar as ruas e poderem trabalhar, uma vez que, há séculos essa é a realidade das mulheres negras, servindo as frágeis sinhás e sendo abusadas pelos senhores do engenho (CARNEIRO, 2011).

Mulheres e homens negros não aceitaram pacificamente a escravização, houve muita luta e resistência contra o colonialismo lusitano. A Lei Áurea de 13 de maio de 1888, apenas formalizou as lutas que já existiam há anos do povo negro contra a escravização no Brasil que foi o último país a abolir a escravidão (FERREIRA, 2022). Homens e mulheres lutaram lado a lado para acabar com o

absurdo que nem deveria ter começado e que evidenciam suas consequências socialmente e economicamente racistas até hoje.

A partir de agora, vamos voltar no tempo e falar, devidamente, um pouco da história de mulheres negras que fizeram história ao lutar contra a escravidão e lutando para a libertação sua e de seu povo, algumas ajudando na libertação de escravos, outras indo em batalhas para lutar pelos seus, todas elas, em luta e resistência perante a opressão que sofriam do regime colonial.

É importante salientar que as referências utilizadas, algumas vezes, se desencontram em suas informações e afirmações, que a maior parte dos relatos sobre as mulheres que iremos mencionar, vieram da memória de seus companheiros e companheiras de luta e resistência, visto que, a documentação em relação ao povo negro era rara.

A Princesa **Aqaltune**, filha do Rei do Congo, foi vendida como escrava para o Brasil, seria também conhecida mais tarde como avó de Zumbi dos Palmares (GONÇALVES, 2017; RODRIGUES, 2018). No Congo, a Princesa Aqaltune atuou como líder militar onde comandou pelo menos 10 mil homens e mulheres contra invasores portugueses na Batalha de Mbwila. Na batalha, Aqaltune e seu exército foram derrotados e acabaram sendo vendidos e escravizados, Aqaltune foi vendida como escrava reprodutora (AGENDA BONIFÁCIO, 2000?).

Ao chegar no Brasil, Aqaltune se rebelou contra a Casa Grande e conseguiu fugir com pelo menos 200 homens e mulheres escravizados, partiram rumo ao Reino dos Palmares e Aqaltune logo se tornou figura central do Quilombo, ajudando a coordenar estratégias de defesa e resistência para os homens e mulheres recém livres. Não se tem certeza de como morreu, mas há uma lenda na África de que ela foi transformada em uma guerreira imortal e se tornou guia de guerreiros que continuavam a resistir em Palmares (NOGUEIRA, 2020).

Muito se fala de Zumbi dos Palmares, mas **Dandara dos Palmares** também existiu, resistiu e lutou para que homens e mulheres escravizados fossem libertados. Não há registro de onde Dandara nasceu, ficando incerto sobre ela ser brasileira ou de alguma tribo africana, mas também foi mãe e capoeirista, lutando ao lado de homens e mulheres em batalhas (RODRIGUES, 2018). Dandara sugeriu que os palmarinos (como eram chamados os residentes do Reino dos Palmares) tomassem a cidade de Recife, golpeando, assim, o império colonial português. Dandara dividia seu tempo entre cuidar de plantações de alimentos, cuidar de crianças e idosos,

caçar, lutar capoeira e sabia empunhar armas, tanto que ela liderou grupos que invadiam senzalas, libertava seus irmãos escravizados e queimava plantações de cana para dar prejuízo aos senhores de escravos (ASSIS; TRISTAN, 2018). Dandara faleceu em batalha no Quilombo dos Macacos, ao se encontrar encurralada, preferiu se jogar da pedra a ter que voltar a ser escravizada (GONÇALVES, 2017). Esse fim de Dandara não era incomum entre negros e negras que haviam sido capturados e se recusavam a voltar a viver enquanto escravizados.

Outra grande mulher é **Tereza de Benguela**, ou Rainha Tereza, foi líder do maior quilombo do Mato Grosso, o Quilombo do Quariterê que abrigava pelo menos 100 pessoas entre negros e indígenas. Desde 2014, Tereza de Benguela é celebrada no dia 25 de julho, nomeado como Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, que coincide com o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha (RODRIGUES, 2018). Tereza de Benguela realmente participava de questões administrativas, políticas e econômicas do quilombo que contava com sua própria agricultura de algodão. A Rainha Tereza acabou sendo presa em um dos últimos confrontos e não aceitou ser escravizada, apesar de ter resistido com armas de fogo e flechas, acabou sendo aprisionada e relatam que a mesma se suicidou, sua cabeça foi colocada em um poste no quilombo e deixada a exposição de todos os que passassem por ali (FERREIRA, 2022).

Esperança Garcia é considerada pelo Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PI) a primeira mulher advogada do Piauí. No dia 6 de setembro de 1770, Esperança se tornou a primeira mulher escravizada a enviar uma petição a uma autoridade do governo denunciando os abusos e violências extremas que ela e seu filho passaram a sofrer na fazenda em que era mantida como escrava, reivindicando voltar a morar com o marido e os filhos (FERREIRA, 2022).

Adelina - a Charuteira, vendia charutos e usava parte dos lucros arrecadados para contribuir na causa dos estudantes do Clube dos Mortos, que comprava alforrias para a libertação de escravos, provavelmente por conta do trabalho em vender charutos nas ruas, Adelina também ajudava ao grupo de abolicionistas com informações sobre ações da polícia (FERREIRA, 2022).

É importante e necessário mencionar outras mulheres que também resistiram e lutaram contra a escravização e por melhores condições de vida para si e para os seus. **Anastácia** lutou contra a violência física e sexual e foi castigada por isso, foi obrigada a usar gargantilha de ferro e mordança, Anastácia também ajudava escravos

a fugirem e há relatos de que milagres aconteceram no período em que passou no Rio de Janeiro, já no fim de sua vida (GONÇALVES, 2017).

Não podemos deixar de mencionar nomes como **Luiza Mahín**, que deixou sua casa ser transformada em um quartel general onde se planejou revoltas em Salvador no século XIX, tendo ela mesma participado da Grande Insurreição ou Revolta dos Malês em 1835 (FERREIRA, 2022).

Além de outros nomes importantes como **Zeferina**, que lutava contra os capitães do mato com seu arco e flecha, e **Maria Felipa de Oliveira**, que aprendeu a lutar capoeira para se defender e também passava informações para grupos abolicionistas como o Comando do Movimento de Libertação (GONÇALVES, 2017).

Podemos ainda citar **Acotirene**, considerada matriarca no Quilombo dos Palmares, **Mariana Crioula** que liderou a maior fuga de escravos registrada na história do Rio de Janeiro e posteriormente liderou um quilombo ao lado de Manuel Congo (GONÇALVES, 2017).

Além de professora e poetisa, **Maria Firmina dos Reis** foi a primeira romancista negra brasileira, autora de *Úrsula*, primeiro romance abolicionista que fala sobre a desigualdade entre homens e mulheres no século XIX (DACOR, 2022). **Eva Maria de Bonsucesso** foi uma escravizada que vendia frutas e verduras na rua, certo dia ela foi agredida por um homem branco e Eva conseguiu levá-lo à prisão por isso, sendo o agressor condenado (GONÇALVES, 2017).

Maria Aranha foi líder no Quilombo de Mola no Tocantins, **Tia Simoa** foi liderança contra a escravidão no Ceará e integrante do grupo Pretas Simoa. **Na Agontimé** era uma rainha de Benin, quando foi vendida como escrava recebeu o nome de **Maria Jesuína** e fundou a Casa das Minas, onde ela levou a cultura de cultuar seus ancestrais (GONÇALVES, 2017).

Zacimba Gaba era uma princesa em Angola, ao chegar no Espírito Santo, liderou um grupo de pessoas escravizadas que se rebelaram contra a Casa Grande, Zacimba também foi líder de quilombo, coordenava ataques a navios e resgates de outros escravizados (GONÇALVES, 2017).

Sem dúvidas existiram outros milhares de número de mulheres que também lutaram pelo fim da escravidão, mas que tiveram suas histórias apagadas e silenciadas pelo tempo, fazendo um paralelo com o início do movimento feminista que era indiscutivelmente branco e de classe média (talvez em seu interior até mesmo racista), todas essas mulheres mencionadas estavam lutando por muito mais

do que direitos igualitários, estavam lutando para serem reconhecidas enquanto seres humanos.

É necessário que essas mulheres sejam mais faladas e que suas histórias ecoem mais e mais. De fato, o acervo histórico sobre elas é raso, necessitando que, com base no que sabemos da época da escravização, nós mesmos preenchamos algumas lacunas com nossas pesquisas e estudos sobre as histórias e memória das mulheres negras que se organizavam e lutavam por um mundo melhor sem racismo e sem patriarcado.

Assim, precisamos questionar a história do feminismo das ondas que contou apenas uma parte da história: a história das mulheres brancas. Enegrecer o feminismo é contar a história das mulheres negras que anterior ao marco das ondas feministas, já faziam histórias feministas, já enfrentavam o patriarcado e o racismo com suas lutas e organizações coletivas. O feminismo não começa com a luta pelo direito ao voto e a educação como está escrito nos livros. A história do feminismo no Brasil começa com as lutas das mulheres negras e indígenas no enfrentamento à colonização. Aqui resgatamos parte deste feminismo apagado e silenciado: o feminismo negro. Precisamos de muitas outras pesquisas que ousem desafiar o coro dos contentes e tragam para dentro da história as mulheres negras e indígenas que mesmo sem conhecer o feminismo, eram feministas antirracistas, anticapitalistas e interseccionais.

Ainda podemos notar em nosso cotidiano que tentam abafar e apagar nossas histórias enquanto mulheres e enquanto mulheres negras, que jamais passe por nossas mentes deixar a humanidade esquecer essa terrível mancha na história do Brasil, que possamos continuar em luta e resistência por dias melhores, por “DIAS MULHERES”. E, claro, que o Estado continue com políticas públicas de inclusão do povo negro em espaços que foram e continuam sendo negados, que iremos discutir no próximo item.

3.1. Estado, políticas sociais, movimentos sociais e mulheres

A luta feminista encontrou resistência muito tempo atrás com o movimento dos trabalhadores na luta de classes e continua enfrentando resistência ainda contemporaneamente.

Há, erroneamente, a ideia de que a luta feminista se desvia da luta de classes, o que obviamente é um equívoco, visto que é necessário entender as particularidades que compõem a classe, que é atravessada por relações de sexo e raça, para assim, conseguirmos entender a classe em sua totalidade, afinal, o objetivo maior é criar um projeto de classe emancipatória (CISNE, 2018).

Para o feminismo marxista, a opressão da mulher começa no surgimento da propriedade privada e na luta de classes, onde a mulher e as filhas são tratadas como escravas do homem provedor da família (CISNE, 2018).

A libertação feminina só é possível não só com o fim do sistema capitalista mas também por uma profunda mudança na cultura e nos valores de nossa sociedade, que deixe de ver a mulher enquanto uma coisificação para utilidade masculina (CISNE, 2018).

Mulheres e homens, sejam negros, indígenas ou LGBTs, são divididos em nossa sociedade por classes sociais que estão entrelaçadas por relações sociais, e que tais classes, além de dividir, acentuam as opressões que cada grupo sofre, é então a união das classes oprimidas que permitirá a emancipação humana (CISNE; SANTOS, 2018).

O feminismo no Brasil reflete o cenário mundial, em especial, o cenário latino-americano. O movimento em si está em constante mudança, não em seu significado, mas em suas formas de atuar. A luta feminista mudou bastante desde o movimento sufragista do século XIX até a 3ª onda no século XX, no presente, o movimento já se mostra mais acessível do que já foi no passado, o acesso ao movimento feminista tornou-se mais fácil e inclusivo, pois, "no movimento feminista, a dialética viaja na velocidade da luz" (COSTA, 2005, p. 1).

Assim, passamos a ver acerca da articulação do movimento feminista com o Estado, notamos que essa articulação se estreitou quando correntes do movimento feminista permitiram fazer parte do movimento de onguização financiado por instituições financeiras e pelo Estado.

Esse processo de onguização continha um claro viés político do tipo de política que se instaurou na época, o neoliberalismo, que buscava formas de controlar os movimentos sociais tanto como uma forma de diminuir sua força política como realmente uma forma de controlar os passos, ações e estratégias dos movimentos e assim não precisarem lidar com a pressão da população.

Assim, notamos que o processo de onguização, de certa forma, enfraqueceu o movimento, mas também permitiu que certas ações saíssem do papel e pudessem beneficiar as mulheres as quais tais ações eram destinadas. Também veremos como as políticas públicas foram pensadas e planejadas com a ajuda de mulheres.

3.1.1. “Onguização”

Ao analisarmos sobre toda a história do movimento feminista, desde seu surgimento com as sufragistas da primeira onda, passando pelo momento de maior liberdade com a segunda onda e ultrapassando o binarismo com a terceira onda, notamos que a onguização do movimento parece ser uma mancha no feminismo, motivo de discussões no interior do próprio movimento.

O movimento feminista, como já vimos, é um movimento plural porque suas protagonistas são mulheres plurais, assim sendo, vemos como com o passar dos anos o movimento, ou parte dele, perdeu um pouco de sua característica autônoma, de certa forma, seu viés político, e passou a fazer articulação com o Estado e seus financiadores, articulação essa que gerou inúmeros debates no interior do movimento.

Na década de 1990, pode-se notar que o feminismo estava deixando de lado uma agenda com maior participação de suas protagonistas e passaram a se envolver mais com partidos políticos, envolvimento esse que levou o movimento feminista à institucionalização, naquele período, o movimento feminista passou a se tornar, ou melhor dizendo, ser reconhecido enquanto uma Organização Não Governamental (ONG) (GURGEL, 2014).

A onguização do movimento aconteceu na maior parte da América Latina, vem em um período pós ditadura militar onde os movimentos sociais e a classe trabalhadora não estavam conseguindo lutar, ou mal estavam preparados para lutar contra o neoliberalismo que estava colocando suas garras na agenda política no Brasil (GURGEL, 2014).

Devido a pluralidade do movimento feminista, tal processo de onguização não se deu sem críticas. A primeira delas que podemos mencionar é que justamente ao se institucionalizar, o movimento se tornou menos político e, conseqüentemente, com menor participação social, uma outra crítica seria em relação a estrutura administrativa da ONG, pois as decisões políticas e institucionais passaram a ser tomadas por profissionais da própria ONG, “[...] que na maioria dos casos se apresentam como ativistas e confundem o papel de assessoria com o de representatividade” (GURGEL, 2014, p. 63).

Podemos notar que a onguização do movimento se tornou uma contradição

acerca do próprio movimento, um movimento político que nasceu autônomo e colocava as mulheres como protagonistas de suas decisões, agora precisava seguir direcionamentos institucionais decididos por profissionais que em algum momento foram militantes, mas que não articulavam mais com as bases sociais enquanto um movimento político coletivo, mas agora reproduzia as hierarquias e mandos e desmandos do Estado (GURGEL, 2014).

Uma outra questão advinda da onguização do movimento é o seu financiamento. As ONGs feministas começaram, então, a traçar seus planos de ações de acordo com o que a instituição que as estavam financiando queria, é nesse ponto de financiamento que o movimento perde bastante de sua autonomia frente ao mercado, que agora ditava as estratégias que as ONGs deveriam seguir de acordo com seus interesses (GURGEL, 2014).

O financiamento das ONGs também levanta a questão política de sua ação. Se levarmos em consideração que toda ação política tem um viés político, as ações e estratégias que as ONGs eram obrigadas a seguir continha um viés político por trás, a política do neoliberalismo, dessa forma, controlando as informações que poderiam ser divulgadas, bem como se escolhia com maior atenção quais projetos sairiam do papel de acordo com o viés político que seria apoiado (GURGEL, 2014).

Assim, quando levamos em consideração o posicionamento político das instituições que financiaram as ONGs, posicionamentos esses que algumas correntes do feminismo criticavam, conseguimos notar que esse financiamento "[...] além de contribuir para a quebra do princípio de sororidade que fundamenta o feminismo, igualmente provocou o desenvolvimento de práticas políticas de invisibilidade da crítica" (GURGEL, 2014, p. 64).

Dessa forma, notamos então que as ONGs feministas passaram a de certa forma "abraçar o diabo", visto que se viram tendo que aceitar condições contradizentes com seus ideais, como o de reduzir a participação dos movimentos sociais em decisões políticas para que conseguissem o financiamento que precisavam.

O movimento feminista, então, começa a ter maior interlocução e intervenção do Estado em suas ações e projetos (GURGEL, 2014). Dessa forma, o movimento feminista precisa "[...] se debruçar sobre o problema do Estado e desenvolver uma perspectiva analítico-política que realize o movimento dialético de conhecimento e transformação do poder exercido por este nos diversos campos da vida social"

(GURGEL, 2014, p. 66).

Assim, na década de 1990, houve um grande aumento de coletivos feministas que se onguizaram e passaram a receber recursos do Estado, um reflexo do que estava acontecendo mundialmente e que se estendeu ao século XXI. No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2006, foi notável a presença de feministas nos espaços do governo, bem como também houve um aumento considerável de projetos dessas ONGs que recebiam recursos públicos (GURGEL, 2014).

Com isso, notamos que o movimento feminista passou a se articular com governos que se submetem a lógica mundial do capital, o que é bastante contraditório visto que o movimento historicamente critica o capitalismo e o patriarcado, bem como também tem por objetivo defender a emancipação humana (GURGEL, 2014). Pelo contrário, é perceptível que

[...] o processo de “onguização” e de cooptação de lideranças feministas, por diversos governos, contribuiu para que o feminismo reproduzisse a força ideológica desse sistema, ao desenvolver novos centros de poder de decisão, a partir das ONGs e dos espaços nos conselhos, conferências e de negociação com o governo (GURGEL, 2014, p. 69).

Dessa forma, fica nítido que o Estado tenta enfraquecer a força dos movimentos sociais ao nem ao menos colocar em ação alguma estratégia que os movimentos tenham como ideia para de alguma forma melhorar a qualidade de vida daqueles os quais os movimentos pretendem ajudar. Assim, podemos notar que

[...] se estabelece um processo de hierarquização na definição de agendas políticas e encaminhamentos, no qual encontramos, de um lado, as ONGs, apoiadas e legitimadas pelos aparatos governamentais e de financiamento, de outro, os movimentos sociais, num processo acentuado de esvaziamento de sua legitimidade e poder de pressão (GURGEL, 2014, p. 67).

Assim, também podemos notar que o Estado passa a profissionalizar essas ONGs, que passam a contar mais com profissionais do que militantes representando a causa, tendo menos liberdade crítica, característica que faz parte dos movimentos sociais, o que não deixa de ser uma perda de autonomia política dessas mulheres que participam do movimento (GURGEL, 2014).

3.1.2. Políticas Públicas

A partir de 1970, as mulheres passam a ter maior presença em políticas públicas pois é nesse período que se tem maior pressão para que o povo seja escutado e participe em decisões sobre políticas públicas direcionadas a eles mesmos, numa forma de trazer a sociedade civil para uma democratização de uma sociedade recém saída de um longo período de ditadura político-militar (FARAH, 2004).

Assim, os movimentos sociais que contaram com expressiva participação feminina passaram a lutar por serviços públicos e melhor qualidade de vida, é nesse momento que as reivindicações das mulheres abandonam o espaço privado para adentrar no espaço público, é nesse momento que as mulheres passam a serem sujeitos políticos, atrizes nas lutas e conquistas de direitos direcionados à elas em questão de salário, custo e qualidade de vida, infraestrutura e acesso à serviços públicos como acesso à água, saneamento básico, melhorias em escolas, creches e postos de saúde (FARAH, 2004).

Portanto, na medida em que se denunciava as desigualdades sociais entre classes, as mulheres levantavam debates sobre questões que particularmente as atingiam, como direito à creche, atenção voltada a saúde da mulher, bem como trazer a tona assuntos mais espinhosos como sexualidade, contraceptivos e violência contra mulheres, assim, o feminismo colocava em foco a necessidade de transformação social em relação a posição da mulher na sociedade e a importância de se superar as desigualdades existentes entre homens e mulheres em uma sociedade democrática colocando em pauta na agenda pública a questão de gênero (FARAH, 2004).

A partir de 1980, algumas políticas públicas são implantadas com o foco no gênero feminino, podemos citar a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina e a criação da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1983 e 1985, respectivamente. Tais instituições foram instaladas em São Paulo mas logo começaram a se espalhar pelo país. Também podemos mencionar a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) em 1983 e a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, sendo um órgão parte do Ministério da Justiça, criado em 1985, todos esses programas e instituições tiveram a essencial mobilização das mulheres para serem criados (FARAH, 2004).

A mobilização dessas mulheres tinha por tema *Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher*, no qual por meio de uma Carta das Mulheres Brasileiras, foi apresentado ao Congresso Constituinte propostas para a nova Constituição que abarcasse assuntos que atingem as causas das mulheres, suas propostas estavam no âmbito da saúde, família, bem como do trabalho, em relação a violência doméstica entre outros assuntos que foram inseridos na Constituição de 1988 (FARAH, 2004).

Podemos notar que as políticas públicas naquele momento já começavam a se descentralizar, as políticas de violência contra a mulher, por exemplo, passaram a ser responsabilidade dos estados e municípios, políticas de saúde ficaram a cargo do Governo Federal, assim, as pressões dos movimentos passaram a deslocar do âmbito federal e tiveram maior enfoque entre os governos a nível estadual e municipal, mas também sem deixar de pressionar o nível federal visto que este era o nível que formulava as diretrizes dos programas de políticas públicas que seriam implementados a nível nacional (FARAH, 2004).

A agenda de reforma do estado em 1980 passa por várias reformulações tanto devido a crise do Estado em relação a sua capacidade de investir nas políticas públicas, bem como havia ainda a questão da globalização e reestruturação produtiva, precisava-se, então, de uma agenda eficaz em relação à ação do Estado (FARAH, 2004).

A eficiência de tal agenda era motivo de tensões entre os movimentos sociais e partidos de esquerda que queriam a democratização e inclusão da sociedade em decisões importantes para o povo, e entre partidos mais conservadores e liberais que queriam privilegiar a elite e pensavam mais em cortes de gastos e privatização, além é claro, do lucro (FARAH, 2004).

Ainda houveram debates acerca da articulação entre os movimentos e o Estado, enquanto alguns queriam manter autonomia perante o Estado, outros entendiam que seria necessário que os movimentos ocupassem mais espaços do governo para garantir que o povo estava sendo ouvido em decisões acerca das políticas públicas (FARAH, 2004).

Assim, devido posições diferentes acerca da autonomia desses movimentos, passam a ser criadas organizações não governamentais com enfoque em programas com recorte de gênero, abarcando temas como saúde, violência contra a mulher, educação e trabalho para as mulheres, com o tempo, tais organizações

começaram a se articular com o Estado levando propostas de ações e formulações em relação às políticas públicas direcionadas à essas mulheres, sendo fundamental a participação das mesmas na criação, implementação e controle de tais políticas (FARAH, 2004).

As mulheres mais pobres dos centros urbanos e as mulheres da zona rural passaram a ter maior foco nas políticas públicas justamente por serem essas mulheres as mais vulneráveis em nossa sociedade, eram essas mulheres que recebiam menos que os homens, chefiavam famílias e recebiam apenas metade do salário mínimo vigente, bem como também eram as que faziam maior parte no número de desempregos (FARAH, 2004).

Chamado de 'feminização da pobreza', o Banco Mundial entra em cenário para recomendar a criação de políticas públicas que tenham foco em combater a pobreza, acreditando que tal foco nas mulheres garantirá a eficiência dessas políticas, pois ao privilegiar a atenção nessas mulheres em assuntos de bairro e moradia, bem como no seu papel em família, acreditava-se que toda a sociedade sentiria o impacto (FARAH, 2004).

Assim, movimentos de mulheres tanto no Brasil como no mundo, também começaram a defender a criação de políticas públicas que não só tivessem a mulher como centro e foco, como também defendiam políticas para combater à pobreza visto que foram essas mulheres, negras, solteiras e chefes de família, as mais atingidas pela pobreza que assolava o país logo após a ditadura, sendo então criados programas para que essas mulheres tivessem maior acesso a crédito, que fossem elas o foco e prioridade na geração de emprego e renda do país (FARAH, 2004).

3.1.3. Agenda de Gênero

Tendo por base a Conferência Mundial sobre a Mulher de 1995, que foi realizada em Beijing, foi-se então criada a agenda de gênero no Brasil com diretrizes que servissem de base para a criação de políticas públicas. No campo da violência, era então necessário a criação de programas direcionados às mulheres no combate à violência doméstica e sexual, garantindo que elas tivessem abrigo e assistência jurídica, psicológica e médica, bem como também era necessário criar medidas de segurança como forma de reprimir e prevenir tais violências, sem deixar de

mencionar o apoio para que elas tivessem capacitação para serem inseridas novamente na sociedade, que conseguissem superar a situação de vítima e recuperarem a autoestima (FARAH, 2004).

No campo da saúde, era fundamental superar programas que focavam na mulher apenas enquanto mãe, sendo necessário atenção a saúde da mulher como um todo, incluindo então atenção para a saúde mental, planejamento familiar, ações para prevenir infecções sexualmente transmissíveis, câncer, bem como era fundamental a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), também devendo ser necessário atenção à meninas e adolescentes, principalmente as que estivessem em situação vulnerável como em situação de rua, sendo exploradas sexualmente, expostas a drogas e sendo prostituídas (FARAH, 2004).

Em relação a trabalho, geração de emprego e renda, era fundamental superar a divisão sexual do trabalho ao combater a discriminação feminina em seu local de trabalho, sendo fundamental também programas de capacitação para que essas mulheres entrassem no mercado de trabalho, também era necessário que elas tivessem maior acesso a crédito para que conseguissem criar e manter seus negócios, gerando assim emprego e renda (FARAH, 2004).

Em relação a educação, além de garantir o direito dessas mulheres de terem acesso, também era necessário que os livros didáticos passassem por reformulações a fim de retirar qualquer discriminação que houvesse contra as mulheres, e em seu lugar, fosse substituído por conteúdo que propagasse os direitos das mulheres, sendo também de suma importância que houvesse profissionais capacitados para trazer em sala o debate acerca de gênero (FARAH, 2004).

Também fazia parte da agenda de gênero a criação de mais creches, postos de saúde e garantia de habitação, sendo reconhecido que esse foco nas mulheres em relação a infraestrutura era essencial no quesito da reprodução (FARAH, 2004). A questão agrária também fazia parte da agenda, políticas de crédito especial de apoio para a produção rural, bem como distribuição de terra e reforma agrária (FARAH, 2004).

Também era pauta a implementação do recorte de gênero em todas as políticas públicas, como forma de garantir que as questões que atingem às mulheres recebessem a atenção devida e fossem garantidas nessas políticas públicas. Não podemos deixar de mencionar o maior acesso ao poder político, que permitiria que

essas mulheres tivessem participação mais ativa nas decisões de políticas públicas a elas direcionadas, lhes dando maior autonomia em suas vidas tanto em casa como no trabalho (FARAH, 2004).

Essa agenda foi então foco durante a década de 1980. É importante salientar que o fato de existir uma agenda de gênero não quer dizer que ela era seguida, algo como na prática a teoria é outra, o que fica bastante evidente quando parte do movimento feminista se torna uma ONG e passa a agir de acordo com a instituição que está lhe financiando.

Já na década de 1990, o projeto de ongização, fruto da união entre Estado e o movimento feminista, foi determinante para que o movimento feminista se enfraquecesse perante o Estado, perdendo assim a sua autonomia e se encontrando limitado nos espaços das ONGs, onde seus projetos e ações deveriam primeiro serem aprovados além de serem de interesse do Estado e de seus financiadores, sem deixar de mencionar a competição entre as ONGs, o que também contribuiu para a rachadura do movimento feminista (CISNE, 2015).

Dessa forma, o movimento feminista acaba por responder mais aos interesses dos financiadores do que aos interesses das mulheres, no sentido de que os campos de atuação, a forma de agir bem como a linguagem usada pelo movimento feminista através das ONGs eram ditados pelo Estado e seus financiadores (CISNE, 2015).

É interessante ressaltar que esses financiadores estão representando o capital, e o ato de financiar ONGs é uma forma de velar as diferenças entre as classes sociais, bem como também é uma forma de os movimentos sociais se manterem sob a vista do Estado, fazendo com que este não precise necessariamente investir mais em políticas públicas (CISNE, 2015), afinal, já estava em curso a política do Estado mínimo para o povo e máximo para o mercado devido a crise do capital das décadas de 1960 e 1970 (MOURA, 2020).

É interessante notar que, no início de suas atividades, as ONGs tinham como principal tarefa a educação de mulheres pobres, contribuindo para a formação política delas, e que após a IV Conferência Mundial da Mulher em 1995, foi que notou-se que o trabalho das ONGs voltaram-se aos direitos humanos, no caso das mulheres, o foco passou a ser a luta contra a violência doméstica (CISNE, 2015).

É notável então que o Estado e os financiadores das ONGs não tinham mais interesse em que essas mulheres pobres recebessem educação e conhecimento

sobre sua condição enquanto mulher e sujeito político em sociedade. Dessa forma, o movimento feminista, pelo menos dentro dos limites das ONGs, passou a ser visto como um movimento bem comportado, um movimento dócil, diferente do que se mostrou na década de 1970, quando o movimento estava se expandindo e ganhando mais adeptas (CISNE, 2015). Assim,

Além das ONGs e dos Conselhos de Mulheres, o movimento também sofreu recuo em sua radicalidade pela via das Grandes Conferências promovidas por instituições internacionais, a exemplo da ONU, como a de Nairóbi (1985) e depois, especialmente, a de Pequim (1995), que levou grandes segmentos do Movimento a se limitarem ao monitoramento estatal profissionalizado (especialmente via ONGs) da plataforma gerada nesse encontro. Muitas feministas então, passaram a ser especialistas profissionais em “gênero”, deixando a formação política e a mobilização de mulheres de lado como meio de reivindicação e organização. Em outras palavras, a Conferência de Pequim marca a onda de institucionalização do feminismo nos anos 1990, tanto via onguização, como também, por meio da profissionalização junto ao Estado (CISNE, 2015, p. 119).

Já nos anos 2000, nota-se uma expressiva diminuição no número de ONGs feministas, provavelmente, isso ocorreu devido a saída das agências internacionais que financiaram tais ONGs no Brasil, e não como uma forma do movimento feminista voltar a ser um movimento social autônomo, entretanto, o próprio movimento feminista passou a fazer uma análise crítica sobre sua atuação e passou a procurar meios de voltar a ser um movimento autônomo e combativo (CISNE, 2015).

Um exemplo disso, é a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), que antes articulou o Encontro de Pequim que ocorreu em 1995 e serviu como ferramenta de monitoramento do Estado, passou então a buscar autonomia enquanto um movimento de mulheres (CISNE, 2015).

O movimento feminista passou a buscar meios de recuperar sua autonomia e combatividade, e o surgimento do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em 2004, é um exemplo de um movimento que desde sua origem não aceitou ser subordinado nem institucionalizado pelo Estado (CISNE, 2015). O MMC é um dos movimentos responsáveis pela recuperação da autonomia e combatividade do movimento feminista, é sobre este movimento que iremos nos debruçar no próximo capítulo, trazendo um pouco de suas histórias e memórias coletivas na luta em defesa do direito à terra.

4. MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC)

Feminismo Camponês e Popular
 Já ouvi, já vivi e eu quero falar
 A História já nos mostra
 Desde a santa inquisição
 Somos Bruxas, Zapatistas
 Tecendo a Revolução
 Defendendo a Natureza
 Bem do povo e da nação
 Tamo na luta, todo dia
 Violência digo não
 Camponesa se organize
 A luta é seu lugar
 Construir Sabedoria
 No projeto popular!
 Feminismo é a semente
 Que brota no coração
 Das mulheres camponesas
 Com sede de libertação

(Paródia Construída por participantes do III Seminário
 Internacional Feminismo Camponês e Popular, MMC,
 2018, p. 38)

Neste capítulo, focamos no histórico de lutas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), tendo em vista os desmontes das políticas públicas que vão de encontro com as demandas dessas trabalhadoras, iremos discutir sobre as reivindicações das mulheres trabalhadoras do campo, das florestas e das águas numa conjuntura econômica, política e social totalmente desfavorável às suas pautas, veremos qual a contribuição e a importância do Movimento de Mulheres Camponesas na luta para a garantia de direitos das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, na atual conjuntura da agenda neoliberal ortodoxa de desmonte das políticas públicas.

4.1. A história do Movimento de Mulheres Camponesas

“É melhor morrer na luta do que morrer de fome”
 Margarida Maria Alves

No fim da década de 1970, em plena ditadura militar que tomou conta do Brasil, percebe-se o início de uma movimentação de lutas compostos por movimentos, sindicatos e partidos políticos, todos de base popular, unindo forças contra o regime militar e lutando pela redemocratização de nosso país (MMC, 2018).

Apesar de existirem mulheres lutando bravamente contra a ditadura e pela redemocratização, relações capitalistas, de raça e gênero contribuíram para que a participação ativa dessas mulheres em decisões importantes para a luta fosse deixada de lado. Ao não encontrarem espaços para suas demandas, as mulheres perceberam que elas mesmas deveriam criar espaços políticos e protagonizar suas lutas, ao lado da luta de classes, para assim conseguirem enfrentar o sistema patriarcal, capitalista e racista ao qual estamos inseridos. Assim, em 1980, começaram a surgir ao redor do país movimentos autônomos de mulheres, mulheres camponesas que se organizavam através de grupos, organizações, associações e círculos bíblicos (MMC, 2018).

Interessante notar que alguns setores da Igreja Católica Luterana, ao prezar pelos mais pobres e excluídos, teve grande papel de apoio a esses grupos de mulheres camponesas, visto que esses grupos se formavam política e ideologicamente com base na Teologia da Libertação em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que logo originária na Comissão Pastoral da Terra (CPT), essas organizações serviam de apoio para os grupos de mulheres camponesas onde se discutia sobre transformações que a sociedade deveria fazer tendo por base a Bíblia, ao mesmo tempo em que essas mulheres se notam enquanto sujeitos alvos da opressão da sociedade capitalista, patriarcal e racista (MMC/SC, 2008 *apud* MMC, 2018).

E não tardou para que essas mulheres percebessem que continuavam exercendo papéis socialmente dito como atividades femininas, quando ao participarem de festas promovidas pela comunidade, ainda assim eram elas as responsáveis por cozinhar e limpar, poucas vezes eram levadas em consideração para tomar decisões importantes para a comunidade, assim, essas mulheres passaram a questionar os papéis que lhes eram impostos de submissão e obediência (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

Todos os espaços de encontro dessas mulheres serviram para elas despertarem e verem a realidade como ela é - ou seja, para perceberem a presença forte do patriarcado nas diversas instâncias da sociedade, inclusive no interior do

movimento de trabalhadores rural. Assim, mulheres camponesas de todo país se organizaram e passaram a se reunir em grupos autônomos discutindo sobre as dificuldades das mulheres e lutando pela sindicalização, por saúde de qualidade, direitos para as mulheres do campo e contra a ação criminosa de grileiros (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

A articulação política dessas mulheres por maior protagonismo político dentro do sindicalismo evidenciam as desigualdades de gênero e silenciamento que ainda atingem as mulheres trabalhadoras do campo (PIMENTA, 2012).

Importante mencionar que o desenvolvimento de consciência política dessas mulheres contavam com a influência de líderes cristãos como guia, que tinham por princípio a Teologia da Libertação, então essas mulheres estavam divididas em grupos. Algumas seguiam o Frei Carlos Mesters, outras mulheres estavam nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), outras participavam de grupos de reflexão, outras mulheres estavam na Comissão Pastoral da Terra (CPT), e tantas outras estavam na luta pela sindicalização lutando pela reforma agrária, e foi neste ponto que essas mulheres perceberam que exerciam pouca influência nas decisões (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

Assim, juntamente com a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, a Teologia e a Filosofia da Libertação, eram formados os pilares das reflexões e teorias acerca da luta pela emancipação e transformação social em toda a América Latina, contribuindo para que trabalhadoras e trabalhadores desenvolvessem consciência política, ao se organizarem e mobilizarem enquanto classe unida (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

Em 1986, foi realizado um encontro histórico para a luta das mulheres camponesas, o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais reuniu 36 mulheres de pelo menos 16 estados brasileiros com o objetivo de debater a realidade dessas mulheres, compartilhar experiências e identificar as lutas em comum das mulheres camponesas do país (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

Nesse encontro, vários pontos foram debatidos, dentre eles quais seriam as linhas de atuação do movimento, participação política e luta contra a discriminação, bem como a inclusão de suas demandas à luta da classe trabalhadora e sua sindicalização (MMC, 2018).

Foi também nesse período de luta por direitos que essas mulheres

conseguiram fazer os parlamentares reconhecerem na Constituição Cidadã de 1988 a profissão de Trabalhadora Rural, garantindo assim aposentadoria rural aos 55 anos de idade (MMC, 2018).

É importante citar um fato que aconteceu logo após a conquista das mulheres camponesas por seus direitos previdenciários. Quando essas mulheres tentavam ter acesso a esse benefício, se depararam com a cruel realidade de não terem documentos de identificação como certidão de nascimento e Registro de Identidade (RG), o que dificultava a comprovação de sua profissão como trabalhadora rural (MMC, 2018).

Graças aos movimentos autônomos, foi então promovida a campanha nacional Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos, que garantiu a essas mulheres o acesso ao direito constitucional de serem reconhecidas enquanto profissional Trabalhadora Rural e poderem usufruir dos benefícios de tal reconhecimento (MMC, 2018).

O movimento de mulheres camponesas, enquanto um movimento de luta, não deixava de lado a questão da classe, do gênero e da raça, para essas mulheres essas são lutas indissociáveis e devem ter o apoio tanto de mulheres quanto de homens, contribuindo assim na criação de um projeto democrático e também popular (MMC, 2018). Na visão das mulheres camponesas, é necessário

[...] transformar as relações sociais de gênero que oprimem e discriminam as mulheres, e que não reconhecem seu trabalho produtivo no campo, além de desvalorizar e sobrecarregá-las com o trabalho produtivo que é fundamental para a manutenção do modo de vida camponês. Mas também afirmamos que é preciso transformar a sociedade capitalista, superar todas as formas de dominação e exploração da sociedade patriarcal, capitalista e racista. Essas são mudanças totalmente interligadas, uma não acontece de forma completa sem a outra (MMC, 2018, p. 6,7).

E para que isso fosse possível, era necessário que o movimento estivesse bem organizado e estruturado, depois do encontro de 1986, ficou evidente que a base de ação do movimento estava de fato no campo, eram nas comunidades rurais que surgiriam as lideranças a fim de organizar e coordenar as mulheres camponesas para lutarem por seus direitos tanto de nível local quanto a nível nacional, lutando enquanto movimento de mulheres camponesas e enquanto classe trabalhadora (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

Na medida em que o movimento das mulheres camponesas se fortalecia, se

organizando estadual e regionalmente, elas lutavam por saúde gratuita e de qualidade, lutavam para que os direitos previdenciários que já haviam conquistado fossem regulamentados, bem como batalharam para conseguir o salário maternidade para as mulheres camponesas, realizando caravanas em todo Brasil com rumo à Brasília, após toda mobilização e organização dessas mulheres, conquistaram mais esse direito em 1994 (MMC, 2018).

Após 1994, também se intensificou a luta das mulheres camponesas por acesso à educação pública, em encontros como o II Congresso Estadual do MMA/SC que aconteceu no 1996, serviram enquanto espaços de debate para que essas mulheres realizassem o sonho do qual foram negadas, levando-as a irem atrás de retomarem seus estudos, seja ao ocuparem espaços nas escolas, instituições de ensino e universidades (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

E enquanto essas mulheres lutavam por acesso a educação, elas continuavam a se organizar enquanto movimento devido ao contexto político do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, que tinha por objetivo permitir que o capital internacional entrasse no país, acarretando assim em privatizações, acordos estabelecidos pelo fundo Monetário Internacional (FMI) que pioravam as condições de trabalho, tornaria ainda mais precário o acesso à saúde pública, moradia de qualidade, educação gratuita, bem como acesso à terra pelos trabalhadores e trabalhadoras (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

Ainda em 1994, após o I Congresso da Coordenação Latino Americana das Organizações do Campo (CLOC), nota-se a necessidade de articulação dos movimentos das mulheres camponesas, indígenas e negras com o fim de fortalecer a participação das mesmas em âmbito político (MMC, 2018).

Assim, é criado em 1995 a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que realiza entre 2000 e 2002 acampamentos ao redor do país a fim de lutar contra a opressão, domínio e exploração da agenda neoliberal que caía sobre os trabalhadores brasileiros, e conseguiram, enquanto movimentos articulados, impedir a proposta da reforma da previdência, uma conquista que sem dúvidas beneficiou toda a classe trabalhadora (MMC, 2018).

Em organização com povos indígenas, movimento dos sem-terra e pequenos agricultores, houve forte mobilização nesses acampamentos, movimentos esses que ao se unirem lutavam por vários objetivos, como a soberania do Brasil visando o fim do acordo com o FMI, lutando contra a reforma da previdência, lutando também

contra transgênicos e agrotóxicos na comida, a favor da agricultura familiar e da segurança alimentar (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

A partir das mobilizações feitas por esses acampamentos, foi criado um plebiscito popular a fim de suspender a dívida interna e externa do país que não estivesse na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), conseguindo o feito devido também a pressão da população que ocorreu na América Latina (MMC, 2018).

Após o plebiscito, as mulheres camponesas continuaram a protagonizar acampamentos, reuniões e encontros, com o objetivo de debater e traçar linhas de ações em busca de políticas públicas nos âmbitos da saúde, educação e previdência, dialogando com líderes de movimentos e grupos de base que mobilizaram mulheres camponesas de todas as regiões do país e do mundo, que também debatiam sobre os desafios que encontraram a respeito da agricultura camponesa, como a necessidade da recuperação e preservação de sementes crioulas, bem como plantas, ervas medicinais e alimentícias (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

Tais debates evidenciaram a necessidade de um espaço que unificasse o movimento dessas mulheres do campo que estavam espalhadas pelo país, assim, em setembro de 2003, mais de 50 mulheres de 16 estados se reuniram a fim de criarem estratégias para que as mulheres camponesas se unificassem em um movimento autônomo que abrangesse todo o país (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

Foi com essa organização e articulação do movimento no país que as mulheres camponesas conseguiram construir um movimento autônomo a nível nacional, e então, em março de 2004, é de fato quando surge o movimento objeto desse estudo, o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC), um movimento "de base, de classe, socialista" (MMC, 2018, p. 10).

Segundo o próprio Movimento de Mulheres Camponesas, o MMC é um movimento autônomo porque são as mulheres camponesas que estão à frente de suas ações, ditando as direções que o movimento vai tomar. É um movimento de base pois é nas comunidades rurais onde se concentra a organização dessas mulheres. É um movimento de classe e feminista porque essas mulheres são parte da classe trabalhadora e lutam pelo fim das desigualdades de gêneros, bem como pela libertação e autonomia das mulheres. Um movimento camponês porque são as

mulheres camponesas que vivem nas zonas rurais que são as protagonistas do MMC, que lutam por um projeto político de agricultura popular, camponês e agroecológico com viés feminista. E é um movimento popular pois lutam pela criação de uma sociedade sem desigualdades de classe, uma sociedade socialista e feminista (MMC, 2018).

E por ser um movimento formado por grupos de base, a direção desses espaços do MMC, seja do nível municipal até o nacional, ficam a cargo de pelo menos duas militantes e/ou lideranças, cargos estes que podem ser adaptados dependendo do contexto em que o grupo de base está inserido (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) se constitui em um movimento estratégico de mulheres trabalhadoras do campo, das águas e das florestas, que existe e resiste há mais de vinte anos e se organiza em pelo menos dezoito estados do Brasil. É no campo que essas mulheres resistem em âmbito econômico, político, social e cultural contra as investidas e consequências do vigente projeto patriarcal e capitalista, lutando por políticas públicas direcionadas a elas.

O antigo Movimento de Mulheres Agricultoras trocou o último termo pelo camponês, adquirindo um sentido de resistência frente ao modelo de agricultura defendido pelo governo brasileiro que beneficia o agronegócio, essa mudança de nomenclatura reflete a heterogeneidade identitária das mulheres que fazem parte do campesinato brasileiro, sejam elas mulheres agricultoras, assalariadas do campo, pescadoras ou extrativistas (BONI, 2013). De acordo com o próprio Movimento de Mulheres Camponesas, “mulher camponesa, é aquela que, de uma maneira ou de outra, produz o alimento e garante a subsistência da família” (MMC, 2009).

Como já vimos, o MMC também tem um posicionamento feminista. O movimento, historicamente, sempre foi feminista, como quando elas se organizaram e ocuparam os gabinetes dos deputados e senadores a fim de que votassem pela garantia de seus direitos previdenciários (BONI, 2013).

A aproximação com o feminismo de vertente marxista relacionado a sua condição de mulher camponesa é recente, começou em 2010 com a 11ª Assembleia do MMC, vendo no feminismo dentro do movimento não apenas a luta contra as opressões de gênero, mas sim um projeto de sociedade na luta contra a cultura patriarcal e capitalista (BONI, 2013).

4.2. As lutas do Movimento de Mulheres Camponesas

Ao falarmos sobre as lutas do movimento de mulheres camponesas, é preciso pensar a respeito do direito de ser gente, já vimos que historicamente a mulher enquanto sujeito mal tinha direitos, tendo que criar formas de serem vistas socialmente, seja criando motins e revoluções sociais para garantir que suas famílias ao menos tivessem acesso a alimentação.

Com fins de mudar as relações sociais, políticas e econômicas de nossa sociedade, as mulheres camponesas, por vezes, nem eram vistas enquanto sujeitos, por isso, é fundamental enxergar as lutas dessas mulheres como parte da luta de classes, pois as lutas dessas mulheres também são por uma vida digna e por saúde e educação de qualidade (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

A luta por direitos das mulheres camponesas enquanto movimento, podem ser notadas desde 1980, quando essas mulheres se articulavam em sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos camponeses, bem como ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e também por meio de grupos autônomos, dentre suas lutas, podemos destacar a luta por uma vida digna, por educação, seguridade social, direito à documentação e reconhecimento da trabalhadora rural enquanto uma profissional (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

Segundo o próprio MMC (2018), a história do Movimento de Mulheres Camponesas é a história da luta por libertação das mulheres das diversas formas de exploração às quais são submetidas, entendendo que essa luta deve ser organizada e protagonizada por mulheres. É também uma luta de classes, visando a transformação da atual sociedade capitalista em uma sociedade socialista.

O Movimento de Mulheres Camponesas acredita na transformação das relações sociais entre homens e mulheres, a fim de que se tenham vidas dignas, que seus trabalhos sejam valorizados e que sejam protagonistas nas conquistas de seus direitos, participando ativamente de decisões familiares e sociais (MMC, 2018).

Essas mulheres estavam em busca de terem maior protagonismo político, econômico e social, as mulheres camponesas e movimentos autônomos de mulheres lutaram bravamente para terem seu trabalho reconhecido constitucionalmente e pelos direitos que esse reconhecimento trás diante do Estado (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

Essas mulheres reivindicavam por aposentadoria para a trabalhadora rural

aos 45 anos e para o trabalhador rural aos 55 anos, pediam também pela reforma agrária, melhorias na infraestrutura das escolas rurais, também reivindicavam produtos com preços justos, e combate à violência contra mulher, em especial, na época, pediam justiça para o assassinato de Margarida Alves, que veio a se tornar símbolo presente no MMC, sendo homenageada em uma marcha que leva seu nome, a Marcha das Margaridas, que acontece anualmente onde mulheres camponesas de todo o Brasil realizam uma marcha até Brasília (COLLET, 2018, *apud* MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

Com a Constituição Federal de 1988, a trabalhadora rural foi reconhecida enquanto profissional de direitos, os quais necessitavam de documentos para que essas mulheres tivessem acesso. Já mencionamos o fato de que muitas dessas mulheres não tinham nenhuma documentação, assim, graças a Articulação de Instância de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul (AIMTR/Sul), foi lançada em 1994 a Campanha de Documentação Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos, sendo então possível o acesso dessas mulheres a seguridade social (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

Dez anos depois, em 2004, o governo Lula criou através do Ministério do Desenvolvimento Agrário o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), com o objetivo de que essas mulheres conseguissem ter as documentações necessárias para terem acesso aos direitos básicos que foram conquistados (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

Ter seu próprio documento significava emancipação do pai ou marido ao qual elas estavam ligadas, essas mulheres passaram a ter sua própria identidade, a serem protagonistas de suas próprias histórias, e a não mais terem que viver na sombra de um homem, além de que, é claro, não ter sua profissão reconhecida acarreta em precarização e o não reconhecimento dessa mulher enquanto um sujeito que tem direitos reconhecidos e garantidos atualmente por nossa Constituição de 1988 (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

O Movimento de Mulheres Camponesas tem como uma de suas principais lutas a consolidação de um Projeto Popular de Agricultura Camponesa, um projeto agroecológico e pautado no feminismo, onde se defende o direito a uma vida sem violência para as mulheres, animais e natureza, prezando pela vida ao invés do lucro. Um projeto que defende a produção de alimentos saudáveis e de qualidade, visando a preservação da cultura e identidades da agricultura camponesa que o

agronegócio tenta destruir (MMC, 2018).

Com o Projeto Popular de Agricultura, o MMC visa a resignificação do que se compreende ser o campesinato, ao levantar o debate sobre a violência contra as mulheres e reprodução do machismo nas famílias e comunidades camponesas ao abordar o feminismo no campesinato, demonstrando, assim, a adição tanto política quanto teórica ao feminismo camponês e popular (MMC, 2018).

As mulheres camponesas em lutas articuladas conquistaram acesso à terra e documentação, apoio às mulheres que vivem nos assentamentos, manutenção da aposentadoria para a trabalhadora do campo, também receberam apoio para a agricultura familiar, saúde, educação, e enfrentamento à violência (MARCHA DAS MARGARIDAS 2019, 2019).

Ainda fomentando o Projeto Popular de Agricultura Camponesa, sendo um projeto agroecológico e feminista, o MMC que sempre deixou claro ser um movimento de luta de classes, notou que era necessário agir para denunciar a produção exploratória do agronegócio. Dessa forma, no 8 de março de 2006, mulheres da Via Campesina Brasil realizaram uma ação que seria um marco nacional e mundial para as mulheres do campo ao destruírem mudas de eucalipto que estavam sendo produzidas em laboratório da empresa Aracruz Celulose, com este ato, as mulheres camponesas denunciaram para toda a sociedade os malefícios do monocultivo de eucalipto que além de expulsar os camponeses e camponesas, também prejudicava a terra onde nada mais nascia e sobrevivia, conhecido como o deserto verde⁵ (MMC, 2018).

Para o MMC, essa foi uma ação que marcou a luta de classes, pois foi uma ação que teve um recorte de gênero, uma ação que foi protagonizada por mulheres e mulheres que bravamente estavam se posicionando contra o capital, demonstrando, assim, como o feminismo camponês e popular se posiciona na luta feminista e na luta de classes (MMC, 2018).

Essa foi uma ação que era inesperada para mulheres realizarem, foi tratada como vandalismo e o que mais gerou surpresa foi ter sido protagonizada por mulheres, as quais socialmente não se espera ações violentas, surgindo teorias de que tal ação foi planejada por homens e outros movimentos sociais, sendo que, de

⁵ O deserto verde é chamado para o cultivo de um único tipo de árvore, claro, visando o lucro, Entretanto, esse monocultivo é deveras prejudicial ao meio ambiente, levando ao envenenamento do solo, desertificação, redução da biodiversidade, além de expulsar os animais que viviam na região onde é feito o monocultivo (ALVES, 2015).

fato, foi uma ação pensada e realizada por mulheres (MMC, 2018).

Foi a partir dessa ação que não restou dúvidas quanto a capacidade de mobilização e ação por parte das mulheres camponesas do Brasil, foi esta ação que possibilitou as ações futuras dessas mulheres, que entendem que suas ações organizadas contra o capital e em favor da soberania popular são ações em que a vida deve sempre ficar acima do lucro e da exploração (MMC, 2018).

É pensando nisso que a partir do Projeto Popular de Agricultura Camponesa é lançado a Campanha Nacional de Produção de Alimentos Saudáveis (CNPAS), que tem como objetivo trazer para a sociedade a discussão da importância da produção de alimentos saudáveis e diversificados através do campesinato, sempre destacando o papel importantíssimo das mulheres camponesas na realização dessa campanha, destacando também o quão importante é que se preserve nossa natureza, a água e toda biodiversidade existente, com esta campanha se pretendia denunciar para a sociedade os impactos do agronegócio, mas também mostrar outras formas de trabalhar com a natureza, produzindo vida e os impactos ao meio ambiente, clima, e também em âmbito social e econômico da produção camponesa (MMC, 2018).

Uma importante luta para o MMC ocorreu em 2007, quando as mulheres camponesas se organizaram com mulheres feministas da cidade em uma aliança contra a reforma da previdência que estava em pauta, reforma essa que provocaria sérias consequências aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, essas mulheres criaram então o Fórum Itinerante e Paralelo dos Movimentos de Mulheres sobre Previdência Social (FIPPS) (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

O fórum proporcionou encontros e debates se contrapondo a reforma da previdência, foi proposto "outra perspectiva política para a análise dos direitos previdenciários, desde os princípios de universalidade, solidariedade, inclusão, reparação histórica da desigualdade sofrida pelas mulheres no mundo do trabalho e como direito público" (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020, p. 25, 26).

O FIPPS continuou ativo até 2010, sendo um fórum que foi peça fundamental para vencer a reforma da previdência e que também serviu na articulação entre mulheres camponesas e mulheres feministas urbanas (CORDEIRO, 2018, *apud* LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

A luta dessas mulheres não parou em 2010, seguiu firme diante do último golpe político ocorrido em 2016, um golpe que colocou uma recente democracia em

risco, bem como os direitos conquistados na Constituição de 1988. O MMC, em articulação com outros movimentos da classe trabalhadora, denunciaram a perda que representaria para a classe trabalhadora se a reforma fosse aprovada, assim, coordenaram a brigada Loiva Rübenich (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

Tendo uma equipe base em Brasília, a brigada articulou com outros estados a fim de debater com deputados e ministros a importância e necessidade de que a previdência social continuasse sendo universal e solidária, sem dúvidas, essa foi uma luta que unificou os movimentos sociais ao redor do país e que instigou essas mulheres a denunciarem para a sociedade as perdas de direitos que acarretaria da aprovação da reforma da previdência, bem como as inspirou a continuarem a defender a democracia e a soberania da nação (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

As mulheres camponesas sempre lutaram pela autonomia econômica, trabalho e renda da mulher e viram que no governo de Michel Temer, a contrarreforma trabalhista deu espaço para contratações precárias, flexibilizando a jornada de trabalho, diminuindo o valor dos salários e/ou pagando por produção e limitando o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras aos seus direitos trabalhistas (SILVA; ALMEIDA; ANDRADE, 2017).

É um histórico de lutas que evidenciam a necessidade de se manterem vigilantes, pois nada é de fato garantido visto que com uma “simples” PEC (Proposta de Emenda Constitucional) é o suficiente para se retroceder anos de luta por reconhecimento e garantia de direitos.

4.3. Movimento de Mulheres Camponesas: as pautas, as conquistas e as resistências

Assim que a trabalhadora rural foi reconhecida enquanto profissional pela Constituição de 1988, começou então a luta para que essa conquista da seguridade social fosse de fato regulamentada e elas tivessem acesso a previdência social, ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), lutas essas que duraram praticamente toda a década de 1990 (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

Quando falamos acerca da Previdência Social, é preciso voltar um pouco no tempo onde apenas o “pai da família” ou o marido recebiam algum tipo de benefício.

A Previdência Social menciona os trabalhadores rurais pela primeira vez em 1963 ao criar o

[...] Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n. 4.214 de 2 de janeiro de 1963). E posteriormente, no Funrural, Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (LC n. 11 de 25/5/1971) instituído pelo Programa de Assistência do Trabalhador Rural (Prorural), o qual coloca os trabalhadores rurais como beneficiários de assistência e não como detentores de direitos trabalhistas e sociais (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020, p. 37).

Como mencionado, esse benefício era apenas direcionado ao "homem da família" pois a mulher não era vista como um ser de direito e muito menos como alguém que contribuía para a produção de riquezas, e ainda assim, esse direito a aposentadoria que o homem tinha era um benefício de apenas metade do salário mínimo vigente (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

Visto que a sociedade da época não via a mulher como trabalhadora capaz de produzir riquezas, mas antes a via como uma simples ajudante, a mesma só tinha algum benefício após a morte do marido, situação essa que passou a mudar pós constituição de 1988, que reconhecia a trabalhadora rural e garantia direitos (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

Apenas a partir de 1991 é que os direitos conquistados passaram a ser regulamentados, as Leis de n. 8.212 e n. 8.213 regulamentavam então o acesso dessas trabalhadoras rurais à Seguridade Social e a Previdência Social, onde também foi determinado a idade de aposentadoria para os trabalhadores rurais, sendo que as mulheres poderiam se aposentar aos 55 anos de idade e os homens aos 60 anos, outra grande conquista especial para as trabalhadoras rurais veio em 1993, e foi de fato regulamentada em 1995, acerca do direito ao Salário Maternidade que antes era destinado apenas às mulheres que trabalhavam na zona urbana (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

Sem dúvidas, o acesso dessas mulheres aos benefícios garantidos da Seguridade Social foi de suma importância para que a vida dessas mulheres fossem transformadas, a nível social, econômico e familiar, essas mulheres passaram a ter mais autonomia financeira e maior liberdade para participarem das decisões acerca da produção de seu trabalho, estando também mais ativas nas relações sociais em suas comunidades rurais e municípios (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020, p. 39).

Com base nesse histórico em relação ao acesso das mulheres à seguridade social, notamos que toda essa luta para essas mulheres garantirem o acesso à seguridade social foi também uma forma de enfrentar o capital e o patriarcado que, sem dúvidas, usavam o Estado como meio para que a cidadania e ser um sujeito de direito continuasse como algo distante para essas mulheres alcançarem (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

Assim, é fundamental que essas mulheres se mantenham vigilantes perante o sistema capitalista, pois a conquista de direitos não significa sua permanência neste mundo em que até mesmo sindicatos e movimentos populares não acreditam na necessidade dessas mulheres terem acesso a aposentadoria, salário maternidade e outros benefícios que foram conquistados (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

Mesmo nos governos de Lula e Dilma que tinham um apelo mais popular, as mulheres precisavam ficar em estado de vigilância contra qualquer tentativa de retrocesso em relação aos direitos já conquistados (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

A partir de 2016, depois do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, o então governo interino de Michel Temer com total apoio do capital financeiro, começou a tomar medidas para colocar em prática a reforma da previdência o qual toda a classe trabalhadora estava constantemente lutando contra, essas medidas representam retiradas de direitos trabalhistas e previdenciários que atingiria toda a classe trabalhadora, sendo um marco de total desrespeito sobre acordos de proteção e direitos humanos assinados pelo Brasil (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

Durante o processo do golpe contra a presidenta Dilma, houve um grande apelo midiático com o fim de que a população comprasse a ideia de que o sistema da Seguridade Social estava em déficit, gerando prejuízos ao governo, então, logo as mulheres camponesas em articulação com outros movimentos se organizaram para impedir mais um novo ataque aos direitos dos trabalhadores (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020). Dessa vez, os movimentos buscaram

[...] esclarecer que a vida e a realidade do campo têm um diferencial, onde a infraestrutura da casa, água, luz, saneamento, os espaços de esporte e lazer são de responsabilidade da própria comunidade, além do que as camponesas/es contribuem com a previdência social no momento da comercialização de sua produção agrícola ou agropecuária, com o desconto direito de uma alíquota de 2,3% na

comercialização da sua produção (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020, p. 40).

Assim, após muita pressão da sociedade e dos movimentos organizados, incluindo greves de fome no Congresso Nacional, Assembléias Legislativas e postos do INSS, a Proposta de Emenda Constitucional n. 287 (PEC 287) de dezembro de 2016 foi arquivada na Câmara dos Deputados (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

Entretanto, no governo de Jair Bolsonaro e com pressão do capital financeiro, que agora encontrava um governo muito mais conservador e sem apelo popular, em fevereiro de 2019, a proposta da Reforma da Previdência voltou a ser debatida e foi nesse momento que a Brigada Loiva Rübenich foi organizada pelo MMC a fim de defender a previdência pública e a condição das seguradas especiais, tentando impedir a aprovação deste que seria o maior ataque aos direitos trabalhistas visto nos últimos anos, entretanto, a reforma foi aprovada (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

Com a reforma da previdência aprovada, as trabalhadoras e trabalhadores rurais encontram dificuldades para terem acesso à aposentadoria, os segurados especiais são os mais prejudicados por essa reforma. A idade mínima para aposentadoria tanto de homens como de mulheres do campo passou a ser de 60 anos de idade, com contribuição de 20 anos. Também exige do grupo familiar contribuição de R\$600,00 ao ano, mesmo que a família não tenha produzido neste período (ACCARINI; MUNIZ; MELIN, 2019).

As mulheres camponesas também lutaram por acesso à saúde gratuita e de qualidade, mais um direito garantido pela nossa Constituição de 1988. Podemos observar que, ao longo da história, o cuidado com a saúde sempre foi uma preocupação para a mulher, observando como os ciclos da natureza como as fases da lua coincidiam com seu ciclo menstrual, com a duração de uma gravidez, se utilizando da natureza e suas plantas medicinais para o cuidado com o seu corpo e de sua família (KREFTA, 2014).

Tais conhecimentos acerca do poder dos elementos da natureza sobre o corpo humano foi compartilhado ao longo dos anos de mulher para mulher, uma sabedoria que com o tempo a sociedade patriarcal viu como ameaçadora, iniciando assim uma verdadeira caça as bruxas que resultou no assassinato de milhares de mulheres simplesmente por saberem usar a natureza a seu favor, e apesar da

caçada feroz, a sabedoria milenar sobre a cura que a natureza pode proporcionar conseguiu ser passada até as gerações atuais (KREFTA, 2014).

As mulheres camponesas têm uma forma própria de cuidar de si e de sua família, incluindo até a forma de falar sobre saúde, doenças e problemas que estão enfrentando, o que se torna imprescindível entender para que as políticas públicas direcionadas a essas comunidades possam de fato trazer benefícios para suas usuárias (KREFTA, 2014).

Rezadeiras, benzedadeiras e raizeiras fazem parte dessas comunidades rurais e são por vezes procuradas antes de se ir ao médico, por exemplo, buscando orientação e até cura para a enfermidade que atinge a pessoa com a saúde fragilizada. Assim, o MMC luta por políticas públicas que reconheçam e entendam as particularidades que existem e resistem nas comunidades rurais, levando então atendimento qualificado e humanizado para essas comunidades (KREFTA, 2014).

Pensando então na saúde das camponesas e camponeses, desde 2004, através do Grupo da Terra, foi criada a Política Nacional de Saúde Integral da População do Campo, Floresta e Águas (PNSIPCFA), que teve os movimentos sociais como principais consultores para criarem uma política que melhor atendesse as necessidades das comunidades rurais, visto que seriam eles os maiores beneficiados pela política (KREFTA, 2014). Tal política foi construída e aprovada através de debates para que a população rural pudesse ser contemplada por uma política que tivesse sua cara (KREFTA, 2014).

Uma outra importante luta das mulheres camponesas é em relação à educação, uma educação não sexista que todas as mulheres do campo tenham acesso, foi a partir do II Congresso estadual do MMA/SC que teve como tema Nenhuma trabalhadora rural sem estudar, que o MMC conseguiu traçar linhas de atuação para que essas mulheres voltassem a estudar, passando então a concluir o ensino fundamental, ensino médio, entrando nas universidades, sem deixar de mencionar a importância dos governos populares de Lula e Dilma que com suas políticas de inclusão contribuíram para que essas mulheres tivessem acesso à educação (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

Uma política pública importante para as mulheres camponesas é o Educação do Campo (EdoC) de 1998, que surge através do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária, que também, mais tarde, traria diretrizes operacionais para a Educação Básica do Campo em 2002, que em muito contribuiria para que as

mulheres camponesas voltassem aos estudos, desde a educação básica até o ensino superior (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

O Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo) que tem convênio com 42 cursos de Licenciatura no Campo tinha previsões de maior investimento no governo Dilma, porém, desde o golpe em 2016, o que se viu foram cortes e mais cortes, como o de 90% no orçamento dessa política pública, se tornando inviável manter os convênios que já existiam com as universidades que disponibilizam cursos técnicos e superiores, além dos projetos de levar alfabetização aos assentamentos e acampamentos que fazem parte da Reforma Agrária (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

As políticas direcionadas à Educação no Campo ficam realmente fragilizadas quando os recursos para sua permanência são reduzidos tão drasticamente como foi mostrado, "vemos o direto à educação *no e do* campo, fruto de muita luta organizada, sendo extinto, com emendas (in)constitucionais e cortes orçamentários" (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020, p. 46, *grifos das autoras*).

Assim, é vital que o povo, seja do campo ou da cidade, unam suas forças contra os ataques e desmontes das políticas públicas, pois mais essa vitória do capital pode acarretar em deixar essa população novamente sem direitos e em miséria (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

Conseguimos observar que a organização e luta do MMC ao longo da história em relação a conquistas de direitos não foi diferente aos ataques que esses direitos estavam sofrendo, essas mulheres não deixaram de lutar por seus direitos e não deixaram de lutar para garantir que eles continuassem a ser preservados, é de suma importância que os debates e articulações para que esses direitos tão bravamente conquistados voltem a ser restabelecidos e protegidos (MUNARINI; CINELLI; CORDEIRO, 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Não faz muito tempo, seu moço
Nas terras da Paraíba
Viveu uma mulher de fibra
Margarida se chamou
E um patrão com uma bala
Tentou calar sua fala
E o sonho dela se espalhou”*
Canção pra Margarida - Zé Vicente

Notamos no decorrer de nossas reflexões como o movimento feminista foi e continua sendo essencial para a autonomia das mulheres, seja em âmbito político, social e econômico. Vimos que a liberdade sexual e conversa sobre aborto na segunda onda do feminismo passou a ser mais debatida, mas também devido a articulação do movimento com instituições religiosas fez com que tais assuntos voltassem a ser silenciados e apagados das pautas de reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres.

Falar sobre importantes mulheres negras que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil é essencial para se entender de onde parte de nós viemos e que o feminismo não começou com as lutas pelo direito ao voto e à educação. Mas sim começou com as mulheres negras lutando pelo direito à vida, à liberdade, à cidadania e ao reconhecimento de sua humanidade. É importante entender os reflexos que nós mulheres negras sentimos na pele por de mais de 400 anos de escravidão e sentimos ainda hoje nesta sociedade capitalista, patriarcal e racista. Trazer as histórias dessas mulheres é essencial para seu reconhecimento enquanto feministas, que articulavam suas lutas contra o racismo, o patriarcado e o capitalismo. Elas trazem a ideia de interseccionalidade antes mesmo deste conceito ser forjado na produção acadêmica.

O processo de onguização do feminismo configurou em uma rachadura dentro do próprio movimento, visto que essa perspectiva individualista de disputa entre os movimentos na corrida pelo financiamento de seus projetos causou uma fragilidade dentro dos movimentos sociais, que perderam o foco das lutas em assegurar a igualdade de gênero e garantir políticas públicas e passaram a correr nas disputas para conseguir os financiamentos. Tal atenção não veio sem um preço, a perda de autonomia política e crítica foi evidente e não passou despercebida por outras correntes do feminismo e de outros movimentos sociais.

Entretanto, a onguização também permitiu recursos para as mulheres na área

da saúde e no combate à violência contra a mulher. A criação das Delegacias especializadas na questão da mulher e a criação dos conselhos de direitos das mulheres começaram a se espalhar pelo país, levando às vítimas apoio jurídico, médico e assistencial e fortalecendo as organizações de mulheres.

Quando falamos do Movimento de Mulheres Camponesas, falamos sobre mulheres que não aceitaram ficar de escanteio na sombra de um homem. Falamos sobre mulheres que se uniram e se articularam, ultrapassando barreiras municipais, estaduais e nacionais, sem deixar de mencionar que também derrubaram muros entre países, mais especificamente, países latino-americanos.

Essas mulheres lutaram para serem reconhecidas enquanto atrizes políticas de direitos, atuando da forma que sabiam e que estavam ao seu alcance, protestaram, ocuparam e conquistaram direitos históricos para elas enquanto classe trabalhadora e enquanto mulheres.

Então nos deparamos com atrozes tentativas de ataques a seus direitos que evidenciaram a necessidade de continuarem em constante posição de guarda e vigilância. Visto que é notável que a Constituição de 1988 continua sendo refeita com emendas que tentam remendar algo que já estava relativamente justo para os/as trabalhadores/as, remendos esses que não são em benefício do povo, é claro.

Conseguimos notar, assim, alguns dos antagonismos entre o projeto neoliberal e as demandas do MMC, pois a política neoliberal não fica escondida apenas por ter um governo com apelo popular no comando, esse governo tem um mercado a responder.

Sem dúvidas, a luta dessas mulheres vem causando significativos impactos na vida das trabalhadoras do campo, das florestas e das águas. Apreender e refletir sobre a importância que tem as mulheres trabalhadoras do campo, das florestas e das águas na atual conjuntura de cortes nos gastos sociais que impactam diretamente na vida dessas mulheres é de extrema relevância visto que elas têm participação ativa no campo social, econômico, político e cultural em nossa sociedade.

Quando essas mulheres se organizam em espaços de resistência como congressos, fóruns ou marchas, elas evidenciam para a sociedade os absurdos que a agenda neoliberal causa na vida dessas mulheres, suas famílias e conseqüentemente a sociedade como um todo, afinal, como diz o grito de guerra dos trabalhadores e trabalhadoras do campo **“se o campo não planta, a cidade não**

janta”.

Assim, finalizamos com o desafio de continuarmos dando visibilidade a essas mulheres e que possamos apoiá-las para se manterem em resistência enquanto um movimento autônomo feminista e de mulheres, o Movimento de Mulheres Camponesas. E para nós, Assistentes Sociais em formação, cabe fortalecer esses movimentos protagonizando o que diz o nosso Código de Ética ao definir nossos princípios de atuação profissional:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; (BRASIL, 2011, p. 23, 24).

Neste sentido, chamamos a atenção para a necessidade urgente do debate e aproximação com essa temática, seja na formação ou seja no exercício profissional. Os princípios de nosso Código de Ética explicitam a necessidade desta articulação em todos os seus princípios, mas principalmente o artigo IX que define a necessidade de articulação com os movimentos sociais e com a luta da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ACCARINI, Andre; MUNI, Marize; MELIN, Tatiana. **Entenda os 10 piores pontos da reforma da Previdência de Bolsonaro**. Disponível em:

<https://www.cut.org.br/noticias/entenda-os-10-piores-pontos-da-reforma-da-previdencia-de-bolsonaro-99fe>. Acesso em: 01 mai. 2023.

AGENDA BONIFÁCIO. **Aqaltune**: a princesa guerreira do Congo que lutou na resistência do Quilombo dos Palmares. Disponível em:

<https://agendabonifacio.com.br/outros-herois/a-princesa-guerreira-do-congo-que-luto-u-na-resistencia-do-quilombo-de-palmares/>. Acesso em 20 mai 2023.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Deserto verde e defaunação**. Disponível em:

<https://www.ecodebate.com.br/2015/03/18/deserto-verde-e-defaunacao-artigo-de-jos-e-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 21 mai. 2023.

ASSIS, Odete; TRISTAN, Jennifer. **Dandara, Aqaltune e Luiza Mahin**: Mulheres negras na luta contra a escravidão no Brasil. Disponível em:

<https://www.esquerdadiario.com.br/Dandara-Aqaltune-e-Luiza-Mahin-Mulheres-negras-na-luta-contra-a-escravidao-no-Brasil>. Acesso em: 20 mai. 2023.

BELINCANTA, Rafael. **Cortes do governo Bolsonaro prejudicam agricultura familiar, apontam especialistas na FAO**. Disponível em:

<http://br.rfi.fr/brasil/20190529-cortes-do-governo-bolsonaro-prejudicam-agricultura-familiar-no-brasil>. Acesso em: 29 jun. 2019.

BONI, Valdete. **Movimento de Mulheres Camponesas**: Um movimento camponês e feminista. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/viewFile/1259/1469>. Acesso em: 17 dez. 2019.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

CAETANO, Ivone Ferreira. **O feminismo brasileiro**: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade. Disponível em:

https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/DeslvoneFerreiraCaetano.pdf. Acesso em: 25 fev. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo**: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 16 mai. 2023.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo**: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. São Paulo: Serv. Soc. Soc, n. 132, 2018. p. 211-230.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil**: dinâmicas de uma intervenção política. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/download/31137/18227>. Acesso em: 23 dez. 2019.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B (org.). **O Feminismo do Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher, 2008.

CRISÓSTOMO, Laina. **Nossa história recontada por nós**: Viva Zumbi! Viva Palmares! Aqualtune? Quem é essa? Disponível em: <https://tamojuntas.org.br/nossa-historia-recontada-por-nos-viva-zumbi-viva-palmares-aqualtune-quem-e-essa/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

DACOR. **Conheça negros e negras que lutaram para o fim da escravidão no Brasil**. Disponível em: <https://institutodacor.org.br/conheca-negras-e-negros-que-lutaram-para-o-fim-da-escravidao-no-brasil>. Acesso em 20 mai. 2023.

DAIANE. **O que foi a terceira onda do movimento feminista?**. Disponível em: <https://www.superprof.com.br/blog/feminismo-atualidade-caracteristicas/>. Acesso em: 22 ago. 2023.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. Florianópolis: Estudos Feministas, 2004.

FERREIRA, Lenne. **Elas lutaram pela abolição**. Disponível em: <https://afrontosas.org.br/elas-lutaram-pela-abolicao/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

FIGUEIREDO, Mariza de Athayde. A evolução do feminismo; *In* COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B (org.). **O Feminismo do Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher, 2008.

GONÇALVES, Patrícia. **17 mulheres negras brasileiras que lutaram contra escravidão**. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/17-mulheres-negras-brasileiras-que-lutaram-contra-escravidao/>. Acesso em: 17 mai. 2023.

GREGORI, Juciane de. **Feminismos e resistência**: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. Uberlândia: Caderno Espaço Feminino, v. 30, n. 2, 2017. p. 47-68.

GURGEL, Telma. **Feminismos no Brasil contemporâneo**: apontamentos críticos e desafios organizativos. Brasília: Revista Temporalis, n. 27, 2014. p. 57-76.

KREFTA, Noemi Margarida. **A mulher camponesa e suas lutas pelo direito à saúde**. Disponível em:

<https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/download/1525/1285/3548>. Acesso em: 01 mai. 2023.

IGNÁCIO, Julia. **Maio de 1968**: você sabe o que foi esse movimento social?

Disponível em: <https://www.politize.com.br/maio-de-1968/>. Acesso em: 04 out. 2023.

LORENZONI, Carmen; SEIBERT, Iridiani Gracieli; COLLET, Zenaide. Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias. In: MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Weltee; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET Zenaide (organizadoras). **Feminismo camponês popular**: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

MARCHA DAS MARGARIDAS 2019. **Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência**.

Disponível em:

http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_350653567_24012019145732.pdf. Acesso em: 27 jun. 2019.

MARQUES, Melanie Cavalcante; XAVIER, Kella Rivetria Lucena. **A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil**. Disponível em:

https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51237-16072018-192558.pdf. Acesso em: 22 ago. 2023.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Feminismo camponês e popular**. [Cartilha], 2018.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **História**. Disponível em:

<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>. Acesso em: 17 dez. 2019.

MOURA, Alessandro de. **A crise dos anos 1970**: uma longa crise de superprodução. Disponível em:

<https://esquerdadiario.com.br/A-crise-dos-anos-1970-uma-longa-crise-de-superproducao>. Acesso em: 04 out. 2023.

MUNARINI, Ana Elsa; CINELLI, Catiane; CORDEIRO, Rosangela Piovizani. A luta das mulheres camponesas: da invisibilidade para sujeitos de direitos. In: MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Weltee; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET Zenaide (organizadoras). **Feminismo camponês popular**: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

- NOGUEIRA, André. **De princesa africana a escravizada em solo brasileiro:** Aqualtune, a avó de Zumbi. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/de-princesa-africana-escravizada-em-solo-brasileiro-aqualtune-avo-de-zumbi.phtml>. Acesso em: 20 mai. 2023.
- PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. **Participação, poder e democracia** - Mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373304837_A_RQUIVO_Democracia,PodereParticipacaoPolitica.pdf. Acesso em: 27 jun. 2019.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Curitiba: Revista de Sociologia e Política, v. 18, n. 36, 2010. p. 15-23.
- RODRIGUES, Jéssica. **Grandes mulheres negras que fizeram a história do Brasil**. Disponível em: <https://pt.org.br/grandes-mulheres-negras-que-fizeram-a-historia-do-brasil/>. Acesso em: 20 mai. 2023.
- ROMÃO, Carla de Oliveira; SILVA, Daiana da. **ENTRE CAROLINAS E DANDARAS:** reconhecendo histórias e formando para a cidadania. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/4315/4038>. Acesso em: 16 mai. 2023.
- ROSSI, Aline. **52 anos do protesto que não queimou sutiãs**. Disponível em: <https://feminismoclassem.medium.com/52-anos-do-protesto-que-n%C3%A3o-queimou-suti%C3%A3s-f38faf5349e1>. Acesso em: 21 mai. 2023.
- ROUSSEFF, Dilma. **O golpe de 2016:** a porta para o desastre, por Dilma Rousseff. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/17/o-golpe-de-2016-a-porta-para-o-desastre-por-dilma-rousseff>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970:** revisitando uma trajetória. Florianópolis: Estudos Feministas, v. 12, n. 2, 2004. p. 35-50.
- SILVA, Carmen; CAMURÇA, Sílvia. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, 2013.
- SILVA, Sheyla Suely de Souza; ALMEIDA, Larissa Martins de; ANDRADE, Sayonara Santos. Neoliberalismos e contrarreformas das políticas sociais. In: SILVA, Alessandra Ximenes; NÓBREGA, Mônica Barros de; MATIAS, Thaísa Simplício Carneiro (organizadoras). **Contra-reformas, intelectuais e Serviço Social:** As inflexões na política de saúde [Livro eletrônico]. Campina Grande: EDUEPB, 2017. p. 53-73.
- SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. **As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher**. São Paulo: Revista *Thesis Juris* - RTJ, v. 9, n. 1., 2020. p. 145-166.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

TRUTH, Sojourner. **E não sou uma mulher? - Sojourner Truth**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/?amp=1>. Acesso em: 25 abr. 2023.

VICENTE, Zé. **Canção pra Margarida**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/ze-vicente/988269/>. Acesso em: 20 set. 2023.